

Diário do Legislativo de 14/12/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 204ª Reunião Ordinária

1.2 - 201ª Reunião Ordinária Interrompida

1.3 - 119ª Reunião Especial

1.4 - 120ª Reunião Especial

1.5 - 121ª Reunião Especial

1.6 - Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - ERRATA

ATAS

ATA DA 204ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 12/12/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aauto, Dilzon Melo, Bené Guedes e Ambrósio Pinto

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 159 e 160/2000 (encaminham os Projetos de Leis nºs 1.322 e 1.323/2000, respectivamente), do Governador do Estado - Ofícios, telegramas e cartões - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 1.324/2000 - Projetos de Lei nºs 1.325 a 1.327/2000 - Requerimentos nºs 1.820 e 1.821/2000 - Requerimentos dos Deputados Ambrósio Pinto e outros, Amílcar Martins, Dinis Pinheiro, Fábio Avelar, Olinto Godinho, Maria José Haueisen e Dalmo Ribeiro Silva e da Comissão de Saúde (2) - Proposição não Recebida: Projeto de lei do Deputado Amílcar Martins - Comunicações: Comunicações do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (2) - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Alberto Bejani, Sargento Rodrigues, João Leite, Doutor Viana e Wanderley Ávila - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Discursos dos Deputados Paulo Piau, Adelino de Carvalho, Marco Régis, Elaine Matozinhos, Marcelo Gonçalves, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Chico Rafael e Dinis Pinheiro - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar e Ambrósio Pinto e outros; deferimento - Votação de Pareceres: Prosseguimento da votação do parecer da Comissão de Justiça concluindo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.159/2000; aprovação; verificação de votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação; renovação da votação do parecer; aprovação; verificação de votação; rejeição - Votação do Parecer da Comissão de Justiça concluindo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.264/2000; rejeição; declarações de voto - 2ª Fase: Questões de ordem - Chamada para verificação de "quorum"; existência de número regimental para discussão - Discussão de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/99; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 899/2000; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.011/2000; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.024/2000; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.050/2000; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.059/2000; requerimento do Deputado Ivo José; prejudicialidade do requerimento; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.105/2000; requerimento do Deputado Adelman Carneiro Leão; prejudicialidade do requerimento; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.137/2000; requerimento do Deputado Adelman Carneiro Leão; prejudicialidade do requerimento; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.189/2000; apresentação das Emendas nºs 2 e 3; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com as emendas à Comissão de Turismo - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.208/2000; designação de relator; utilização pelo relator do prazo regimental para emitir seu parecer - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2000; apresentação das Emendas nºs 4 e 5; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com as emendas à Comissão de Administração Pública - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 607/99 e 830, 838, 901 e 984/2000; encerramento da discussão - Prorrogação da reunião - Requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira; deferimento; discurso do Deputado Sebastião Navarro Vieira - 3ª Parte - Leitura de Comunicações - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Rogério Correia, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Wanderley Ávila, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 159/2000*

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2000.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido ao exame e à deliberação da egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que menciona à Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG.

A liberação patrimonial ora cogitada, embora revestida da forma de doação, outra coisa não é senão a regularização dos títulos de propriedade das áreas constantes da proposta que, há muito, deveriam estar em nome da COMIG, na condição de incorporadora da HIDROMINAS - Águas Minerais de Minas Gerais S.A.

De fato, a área menor, com 4.015m², foi doada ao Estado pelo Município de Tiradentes, para que no local fosse construído o Balneário de Águas Santas, compromisso resgatado ainda pela HIDROMINAS. A área maior, com 467.690m², foi declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 6.757, de 5 de novembro de 1962, e foi destinada à proteção das fontes hidrominerais daquela estância. A desapropriação se processou com recursos da HIDROMINAS.

Na ocasião, não foi providenciada a transferência daqueles terrenos, agora reclamados com razão pela COMIG, que, como sucessora da HIDROMINAS, tem a seu cargo a responsabilidade de conduzir com êxito aquele importante empreendimento. É o que a proposta tem em vista e para a qual solicito a necessária aprovação dessa augusta Casa.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência a manifestação de meu alto apreço e especial consideração.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 1.322/2000

Autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que menciona à Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - imóveis situados no Balneário de Águas Santas, no Município de Tiradentes, que assim se descrevem:

I - terreno com a área de 4.015,00m² (quatro mil e quinze metros quadrados), situado no Balneário de Águas Santas, havido por doação do Município de Tiradentes, conforme a escritura lavrada no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São João del-Rei, sob o nº 11.804, a fls. 17 do Livro 3-K.

II - terreno com 467.690,00m² (quatrocentos e sessenta e sete mil seiscientos e noventa metros quadrados) de área, situado na localidade de Águas Santas, havido por desapropriação, conforme a Carta de Sentença registrada no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São João del-Rei, matrícula nº 30.073, Livro 02.

Art. 2º - Os imóveis descritos no artigo anterior destinam-se à proteção e conservação do Balneário de Águas Santas, sob a administração da donatária, incorporadora da Águas Minerais de Minas Gerais S.A. - HIDROMINAS.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2000.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 13.657, de 14/7/2000, que dá a denominação de Cesário Nunes dos Santos à unidade da rede estadual de ensino situada no Município de Cônego Marinho.

Devo esclarecer a Vossa Excelência que a lei em referência é originária do Projeto de Lei nº 839/2000, de minha iniciativa, o qual, ao ser submetido ao exame dessa Casa, por meio da Mensagem nº 98/2000, de 19/2/2000, o foi com a redação equivocada do art. 1º, uma vez que a escola em apreço está situada no Município de Bonito de Minas, e não no Município de Cônego Marinho, como ali consignado, cumprindo ressaltar que a constatação de tal equívoco pelos órgãos técnicos da Secretaria de Estado da Educação se deu após a sanção da lei.

Assim, solicito dessa egrégia Assembléia a necessária correção no texto da Lei nº 13.657, de 14/7/2000, nos termos do projeto de lei ora encaminhado.

Solicitando a Vossa Excelência que atribua ao projeto a tramitação prevista no art. 69 da Constituição do Estado, sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 1.323/2000

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 13.657, de 14 de julho de 2000, e dá outras providências.

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 13.657, de 14 de julho de 2000, que dá a denominação de Cesário Nunes dos Santos à unidade da rede estadual de ensino situada no Município de Cônego Marinho, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Passa a denominar-se Escola Estadual Cesário Nunes dos Santos a Escola Estadual de Veredinha, situada na Fazenda Veredinha, no Município de Bonito de Minas."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2000.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Dos Srs. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; José Luciano Pereira, Diretor-Geral do IEF; José Francisco de Salles Lopes, Presidente da BELOTUR, e Flávio Sanábio, da TV Metrópole Ltda., agradecendo convite para a reunião especial em comemoração aos quatro anos do jornal "O Tempo".

Dos Srs. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; José Francisco de Salles Lopes, Presidente da BELOTUR; Edward Álvares de Campos Abreu, Chefe do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral, e Armando Costa, Presidente Regional do PMDB, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem ao Grupo Holdercim Brasil S.A.

Dos Srs. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado, e Maria Lúcia Cardoso, Secretária do Trabalho, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem aos 150 anos de nascimento do Cel. Inácio Carlos Moreira Murta.

Dos Srs. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; Ney Suassuna, Senador e Maria Lúcia Cardoso, Secretária do Trabalho, agradecendo convite para o Ciclo de Debates 70 Anos da Revolução de 30.

Do Sr. Newton Cardoso, agradecendo convite para o Debate Público Incentivo à Apicultura.

Da Sra. Inguelore Scheunemann de Souza, Reitora da Universidade Federal de Pelotas, agradecendo o envio do vídeo do Fórum Políticas Macroeconômicas Alternativas para o Brasil.

Da Sra. Maria Lúcia Cardoso, Secretária do Trabalho; dos Srs. Luís Márcio Vianna, Secretário de Minas e Energia; Ayrton Maia, Auditor-Geral do Estado; Guilherme de Felipe Júnior, Diretor da Fertilizantes Fosfatados S.A. - FOSFERTIL -, e Flávio Sanábio, da TV Metrópole, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem a D. Alexandre Gonçalves do Amaral.

Da Sra. Maria Lúcia Cardoso, Secretária do Trabalho; dos Srs. José Luciano Pereira, Diretor-Geral do IEF; Celso Castilho de Souza, Secretário Adjunto de Meio Ambiente; José Francisco de Salles Lopes, Presidente da BELOTUR, e Wellington Gaia, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à LBV por seus 50 anos de fundação.

Do Sr. Luís Márcio Vianna, Secretário de Minas e Energia, agradecendo o convite para o Ciclo de Debates Minas Gerais e o Projeto Alvorada.

Do Sr. Fausto Ferrer Fróes, Superintendente Geral da FHEMIG (2), encaminhando documentação solicitada pela CPI das Licitações (Ofícios nºs 1.467 e 1.577/2000/DLE). (- À CPI das Licitações.)

Do Sr. Tarcísio de Campos Ribeiro, Superintendente Geral da Fundação Ezequiel Dias, encaminhando, em resposta a pedido feito pela CPI da Saúde, cópia do relatório de auditoria interna realizada naquele órgão. (- À CPI da Saúde.)

Do Sr. Eloy Alves Filho, Superintendente Regional do INCRA-MG, encaminhando, em atenção a solicitação da Comissão de Direitos Humanos, informações relacionadas ao número de famílias já assentadas no Estado, bem como das que aguardam assentamento. (- Anexe-se ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Tania Mara Garib, Secretária Municipal de Assistência Social e do Trabalho, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, parabenizando a Casa pela realização do Seminário Legislativo Dez Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e solicitando cópia das propostas tiradas.

Do Sr. José Francisco de Salles Lopes, Presidente da BELOTUR, agradecendo o convite para as comemorações do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.

Do Sr. Marcelo Resende de Souza, Superintendente Geral Fundiário do ITER, encaminhando informações, segundo exigência constitucional, e informando que, cumpridas as exigências e aprovada a alienação ou concessão das terras devolutas especificadas, o Instituto expedirá os títulos aos beneficiários. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da Sra. Maria do Socorro Sousa Vianna Pereira, Superintendente da SCATIS, da Secretaria de Administração, informando que a matéria do Projeto de Lei nº 1.198/2000 foi encaminhada à Secretaria da Casa Civil. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.198/2000.)

Do Sr. Nilo Santos Pacheco, Presidente da Associação dos Servidores da RURALMINAS, solicitando o apoio da Casa à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2000. (- Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2000.)

Do Sr. Demerval Viana David, Gerente Adjunto de Negócios do Serviço de Negócios para Transferência de Tecnologia da EMBRAPA, em atenção ao Requerimento nº 1.615/2000, da Comissão de Política Agropecuária, informando que o assunto foi encaminhado ao Escritório de Negócios de Canoinhas, SC.

Do Sr. Flávio Sanábio, da TV Metrópole Ltda., agradecendo o convite para o Debate Público Lazer, Trabalho e Qualidade de Vida. (- À Comissão de Turismo.)

Do Sr. Flávio Sanábio, da TV Metrópole Ltda., agradecendo o convite para o Debate Público Incentivo à Apicultura. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da Sra. Flávia Campos Quintão, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração dos 30 anos da criação do Sindicato dos Médicos.

TELEGRAMAS

Do Sr. Paulo Costa Leite, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, agradecendo o convite para o lançamento do volume 4 da coleção "Memória Política de Minas".

Dos Srs. Itamar Franco, Governador do Estado; José Alencar e Arlindo Porto, Senadores; Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil; e Marcelo Araújo Rodrigues, Diretor dos Correios de Minas Gerais, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração dos 50 anos de existência da LBV.

Dos Srs. Itamar Franco, Governador do Estado, e Marcelo Araújo Rodrigues, Diretor dos Correios de Minas Gerais, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem a Dom Alexandre Gonçalves do Amaral.

Dos Srs. Itamar Franco, Governador do Estado; Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil; e José Riva, Deputado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, agradecendo o convite para o debate público sobre lazer, trabalho e qualidade de vida.

Dos Srs. Itamar Franco, Governador do Estado; José Fogaça e Wellington Roberto, Senadores, agradecendo o convite para o ciclo de debates sobre os 70 anos da Revolução de 30.

Dos Srs. Ronaldo Cunha Lima, Senador, e Hermínio e Fernando da Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro, agradecendo o convite para participar de evento realizado nesta Casa.

Dos Srs. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, e Homero Ferreira Diniz, Superintendente Regional da CEF, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao jornal "O Tempo".

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, agradecendo o convite para o debate público sobre o Incentivo à apicultura.

Dos Srs. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, e Marcelo Araújo Rodrigues, Diretor Regional dos Correios de Minas Gerais, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao Grupo Holder-Cim Brasil S.A.

CARTÕES

Dos Srs. Gen. Div. Rômulo Bini Pereira, Com. da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército; Maurício Guedes de Mello, Secretário de Transportes e Obras Públicas; Cel. PM Marco Antônio Nazareth, Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado; Axel Sorensen, Secretário Adjunto de Transportes e Obras Públicas, e Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da Associação Municipal de Assistência Social - AMAS -, agradecendo convite para a reunião especial em comemoração dos quatro anos do jornal "O Tempo".

Dos Srs. Gen. Div. Rômulo Bini Pereira, Com. da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército; Luís Márcio Vianna, Secretário de Minas e Energia; Sérgio Bruno Zech Coelho, Secretário de Esportes; João Batista Rezende, Presidente da Fundação João Pinheiro; Cel. PM Marco Antônio Nazareth, Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado, e Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da AMAS, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem aos 150 anos de nascimento do Cel. Inácio M. Murta.

Dos Srs. Gen. Div. Rômulo Bini Pereira, Com. da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército; Flávio F. de Lara Resende, Presidente da CASEMG; Carlos Anibal Nogueira Costa, Secretário do Planejamento, e Marcelo Andrade Pimenta, 1º-Vice-Presidente do CREA-MG, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem ao Grupo Holdercim Brasil S.A.

Dos Srs. Mário Assad Júnior, Deputado Federal; Sérgio Bruno Zech Coelho, Secretário de Esportes; Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação; João Batista Rezende, Presidente da Fundação João Pinheiro; Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da AMAS, e Mariza Rezende Afonso, Secretária Municipal de Cultura de Belo Horizonte, agradecendo convite para a reunião especial em comemoração do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.

Do Sr. Eduardo Barbosa, Deputado Federal, agradecendo o convite para o Seminário Legislativo Dez Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Do Sr. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, agradecendo o envio da fita de vídeo referente ao Fórum Políticas Macroeconômicas Alternativas para o Brasil.

Da Sra. Misabel Abreu Machado Derzi, Procuradora-Geral do Estado, encaminhando, para que seja divulgado e discutido nesta Casa, o projeto de lei complementar que contém o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte e do Cidadão Consumidor. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Dos Srs. João Batista Rezende, Presidente da Fundação João Pinheiro; Marco Antônio Nazareth, Chefe do Gabinete Militar do Governador; Axel Sorensen, Secretário Adjunto de Transportes e Obras Públicas; e Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da AMAS, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração dos 50 anos de existência

da LBV.

Dos Srs. Weliton Eustáquio de Jesus, Presidente da UTRAMIG; Axel Sorensen, Secretário Adjunto de Transportes e Obras Públicas; e Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da AMAS, agradecendo o convite para o ciclo de debates sobre os 70 anos da Revolução de 30.

Do Sr. Marco Antônio Guimarães Monteiro, Presidente da Rádio Inconfidência, agradecendo o convite para o debate público sobre cooperativas de Trabalho.

Da Sra. Moema Guaraciaba Gomes Pereira, Procuradora-Chefe da Defensoria Pública do Estado, e dos Srs. Axel Sorensen, Secretário Adjunto de Transportes e Obras Públicas; e Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da AMAS, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem a Dom Alexandre Gonçalves do Amaral.

Do Sr. Carlos Aníbal Nogueira Costa, Secretário Adjunto do Planejamento (2), agradecendo os convites para a reunião em comemoração dos 30 anos de criação do Sindicato dos Médicos e para o debate público sobre obras públicas.

Da Sra. Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da AMAS (2), agradecendo os convites para as reuniões especiais em homenagem à Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher e em comemoração dos 30 anos da criação do Sindicato dos Médicos.

Do Sr. Axel Sorensen, Secretário de Transportes e Obras Públicas (2), agradecendo os convites para os debates públicos sobre incentivo à apicultura e sobre lazer, trabalho e qualidade de vida.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Bené Guedes) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.324/2000

- O Projeto de Resolução nº 1.324/2000 foi publicado na edição anterior.

Projeto de Lei Nº 1.325/2000

Dá a denominação de Escola Estadual Nossa Senhora de Montserrat à Escola Estadual Tenente-Coronel Jorge Maia, no Município de Baependi.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Passa a denominar-se Escola Estadual Nossa Senhora de Montserrat a Escola Estadual Tenente-Coronel Jorge Maia, no Município de Baependi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.095, de 5 de dezembro de 1968.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Arlen Santiago

Justificação: A proposta de se alterar a denominação da Escola Estadual Tenente-Coronel Jorge Maia para Escola Estadual Nossa Senhora de Montserrat atende aos anseios não só de seu corpo docente e discente, como também das autoridades do Município de Baependi. A razão dessa vontade se torna clara ao se tomar conhecimento do histórico do educandário, a seguir apresentado.

O Decreto nº 9.255, de 28/12/65, criou "um Grupo Escolar na cidade de Baependi", e, somente em 5/12/68 é que a Lei nº 5.095 lhe deu a denominação de Tenente-Coronel Jorge Maia. Relewa esclarecer que esta figura destacou-se ativamente na guerra contra o Paraguai e, por isso mesmo, recebeu as seguintes condecorações: Cavaleiro da Ordem da Rosa, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Medalha de Recompensa à Bravura Militar, Medalha Geral da Campanha do Paraguai e Moeda de Ouro.

Paralelamente às atividades do curso primário, para as quais foi criado, o educandário ofereceu, nos anos de 1969 e 1970, o curso complementar, com duas classes. Nesse período, a escola funcionou nas dependências cedidas pela Sociedade Colégio Nossa Senhora de Montserrat e pela Escola Normal Santo Inácio.

A partir de 1979, com a extensão de séries, a Escola Estadual Tenente-Coronel Jorge Maia absorveu as classes de 5ª a 8ª séries do Colégio Nossa Senhora de Montserrat, conforme determinação da Secretaria Estadual de Educação, editada em 13/3/79.

Como se vê, diferentemente do referido militar, o Colégio Nossa Senhora de Montserrat guarda íntima relação com a história do educandário objeto da proposição. Sem desmerecer a importância da figura eminente que foi Jorge Maia de Oliveira Guimarães, estamos acordes com a população baependiense de que é mais apropriado emprestar à unidade escolar o nome do colégio que tanto participou da sua evolução.

Ante tais considerações, expressamos a confiança de que os colegas parlamentares haverão de dar apoio à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.326/2000

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Tiradentes, com sede no Município de Tupaciguara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Tiradentes, com sede no Município de Tupaciguara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Geraldo Rezende

Justificação: A Associação dos Moradores do Bairro Tiradentes, fundada em 1º/9/87, tem-se destacado pelas ações sociais, esportivas, culturais, de proteção à saúde, à infância e ao idoso, de combate à fome e à pobreza, promovendo a integração ao mercado de trabalho, a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a proteção ao meio ambiente.

Pelos benefícios que a Associação traz àquele município, apresentamos este projeto, solicitando o apoio de nossos ilustres pares à sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.327/2000

Altera dispositivos das Leis nºs 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e 13.430, de 28 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O item 1 da Tabela A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, fica acrescido do seguinte subitem:

"Tabela A				
1.7.5.3	Mudas de café da classe fiscalizada, por milheiro ou fração	2,00".		

Art. 2º - Os subitens 1.8 e 1.8.1 do art. 8º da Lei nº 13.430, de 28 de dezembro de 1999, que modifica o item 1 da Tabela A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º -

1.8	Cadastramento ou redacastamento de produto			
1.8.1	Produto agrotóxico, por produto	1.500,00".		

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2000.

Dimas Rodrigues

Justificação: As modificações introduzidas pela Lei nº 13.430, de 28/12/99, à Lei nº 6.763, de 26/12/75, não levaram em consideração os prejuízos com os quais arca o Estado de Minas Gerais por meio de seus órgãos afins, especialmente o IMA.

A inserção das mudanças ora propostas, além de corrigir as distorções das leis anteriores, ora modificadas, além de evitar perdas, promove uma compensação na arrecadação e beneficia a economia interna.

A modificação proposta não abdica de uma receita, mas promove uma compensação, aumentando o valor de registro para comercialização de agrotóxico e baixando o valor que o produtor tem de pagar para registro de mudas de café. Com isso, o produtor de café vai pagar menos, e os fornecedores de agrotóxico vão pagar mais, dotando o IMA de mais recursos para as campanhas de uso correto de agrotóxico no Estado.

Convém frisar que essa prática já é adotada por outros Estados, sendo que em Minas Gerais o registro para comercialização de agrotóxico é baixo, e, conseqüentemente, o IMA não tem recursos para desenvolver suas campanhas. Enfim, com a modificação ora proposta, o maior beneficiado será o produtor.

Pelas razões expostas, conto com o parecer favorável dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.820/2000, da Deputada Elbe Brandão, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Alencar, Senador e fundador da COTEMINAS, bem como com todos os funcionários dessa empresa, pela passagem de seu cinquentenário. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 1.821/2000, do Deputado Paulo Pettersen e outros, solicitando seja formulada moção de solidariedade ao Sr. José Alencar, Senador, diante de matéria publicada pela revista "Veja" em sua edição de 22/11/2000. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Deputado Amílcar Martins, solicitando se convoque o Secretário do Planejamento para prestar esclarecimentos a esta Casa sobre matéria publicada na revista "Veja".

Do Deputado Olinto Godinho, solicitando seja o Projeto de Lei nº 1.249/2000 também apreciado em 1º turno pela Comissão de Fiscalização Financeira.

Da Deputada Maria José Hauelsen, solicitando seja o Projeto de Lei nº 1.268/2000 também apreciado pela Comissão de Meio Ambiente.

Da Comissão de Saúde, solicitando seja encaminhado ao Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Saúde e à Coordenadora Técnica de Saúde Bucal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre a proposta técnica relativa à municipalização do núcleo odontológico localizado no Bairro Santa Tereza.

Da Comissão de Saúde, solicitando se solicite ao Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Saúde e à Coordenadora Técnica de Saúde Bucal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte providências com vistas à contratação de mais dois dentistas para o núcleo odontológico localizado no Bairro Santa Tereza.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Ambrósio Pinto e outros, Dinis Pinheiro, Fábio Avelar e Dalmo Ribeiro Silva.

Proposição não Recebida

- A Mesa deixa de receber, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 8, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº..

Dispõe sobre a exibição de filme de caráter educativo e de orientação social que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Estado de Minas Gerais providenciará a feitura de filmes de caráter educativo e de orientação social a respeito das conseqüências do uso de drogas.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, entende-se por drogas todas as substâncias químicas, naturais ou sintéticas, que provoquem alterações psíquicas e que possam causar dependência, danos físicos ou danos psicológicos a seu usuário.

Art. 2º - Os filmes de que se trata esta lei deverão ser feitos em linguagem e formato que viabilizem o esclarecimento eficaz da população e sua sensibilização para evitar o uso de drogas.

Parágrafo único - Para os fins do "caput" deste artigo, o Estado de Minas Gerais deverá buscar subsídios e orientações junto aos órgãos públicos aptos a prestá-los.

Art. 3º - Os filmes de que trata esta lei deverão ser exibidos ao público, obrigatoriamente, antes da apresentação de filmes, peças teatrais, espetáculos musicais e eventos similares que ocorrerem em espaços públicos estaduais.

§ 1º - Os filmes de que trata esta lei serão disponibilizados, gratuitamente, a estabelecimentos privados e espaços públicos municipais ou federais localizados no Estado que se destinem à apresentação de filmes, peças teatrais, espetáculos musicais e eventos similares.

§ 2º - Os estabelecimentos referidos no parágrafo anterior, para receberem os filmes de que trata esta lei, deverão se cadastrar junto ao órgão competente, nos termos da regulamentação respectiva.

Art. 4º - As despesas decorrentes do programa de esclarecimento e orientação social estabelecido por esta lei serão suportadas pela verba orçamentária correspondente às despesas de comunicação social.

Art. 5º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor no exercício seguinte àquele em que se der a sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2000.

Amílcar Martins

Justificação: Conforme é de conhecimento público, o consumo de drogas em todo o mundo tem aumentado de forma constante e num ritmo acelerado. Também é sabido que a melhor maneira de enfrentar esse problema é através de um processo educativo continuado, de forma a esclarecer, principalmente, os jovens acerca das conseqüências advindas do uso de drogas. Nesse contexto, os meios de comunicação de massa têm um papel muito relevante a ser desempenhado, fazendo com que essas mensagens cheguem a maior número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto. Como o problema é grave e necessita tanto de uma ação imediata do poder público, como de uma mobilização de toda a sociedade, Estado e sociedade devem colaborar e participar ativamente desse esforço. Esse é o objetivo primordial deste projeto de lei, que, se aprovado, resultará em ganho para toda a sociedade, por isso, com certeza, contará com o apoio de todos os Deputados desta Casa.

- A Presidência deixa de receber a proposição, nos termos da Decisão Normativa nº 8/2000.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (2).

Oradores Inscritos

- Os Deputados Alberto Bejani, Sargento Rodrigues, João Leite, Doutor Viana e Wanderley Ávila proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

- Os Deputados Paulo Piau, Adelino de Carvalho, Marco Régis, Elaine Matozinhos, Marcelo Gonçalves, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Chico Rafael e Dinis Pinheiro proferem discursos nos termos do art. 164 do Regimento Interno, os quais serão publicados em outra edição.

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento dos Deputados Dinis Pinheiro, em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 1.133/2000; nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a retirada de tramitação das subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1 e 2 ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2000; e nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 141, do Regimento Interno, requerimento do Deputado Fábio Avelar, em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 943/2000; e defere, ainda, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, deixando para fixar a data em outra oportunidade, requerimento do Deputado Ambrósio Pinto e outros, em que solicitam a realização de reunião especial em homenagem ao jornal "Diário da Tarde" pela passagem de seus 70 anos de fundação.

Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação do parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.159/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pela Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. A Presidência vai renovar a votação do parecer. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 32 Deputados, número insuficiente para votação, motivo por que a Presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Pastor George) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 46 Deputados. Há "quorum" para votação. A Presidência vai renovar a votação do parecer. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 6 Deputados; votaram "não" 31 Deputados. Computadas as presenças do Presidente e do Deputado Irani Barbosa, que solicitou a verificação de votação, há 39 presentes, número suficiente para votação. Está, portanto, rejeitado o parecer da Comissão de Justiça pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.159/2000. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.264/2000, do Deputado Ambrósio Pinto, que dispõe sobre a obrigatoriedade, nos hospitais da rede pública estadual, de pontos de solução de gel e placas orientativas para a prevenção de infecções hospitalares. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. À Comissão de Saúde.

Declarações de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Quero apenas registrar o que aconteceu com o projeto do Deputado Ambrósio Pinto, quando foi para a Comissão. Ele recebeu dois pareceres. O primeiro, do Deputado Agostinho Silveira, que discutiu a matéria e deu seu parecer favorável à tramitação. O segundo, 30 segundos antes da votação, foi assinado pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão e opinou pela rejeição da matéria. Quem apresentou o parecer do Deputado Ambrósio Pinto não foi o Deputado Adelmo Carneiro Leão, foi o Deputado Bené Guedes.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, quero lamentar essa declaração de voto do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Em 30 segundos, possivelmente, nenhum projeto tem condições de ser analisado com profundidade, mas, no caso, bastariam 30 segundos para dizer que esse projeto é inconstitucional, em função de estar definindo, em matéria de saúde, técnicas que não são únicas, pois pode haver outras. O projeto do Deputado Ambrósio Pinto estabelece técnicas que podem ser superadas, ou já o foram, em função da evolução do conhecimento e das técnicas de controle de infecção hospitalar e de anti-sepsia. Além disso, tais técnicas, eventualmente, podem estar privilegiando determinados setores e empresas. Não é correto, em uma análise mais elementar, resolvermos, na Comissão de Justiça, dar um parecer pela constitucionalidade se existem defeitos dessa ordem.

Respeito a decisão do Plenário, e não cabe aqui um encaminhamento meu, mas, considerando-se que o Deputado Alencar da Silveira Júnior colocou a questão da eventual precipitação, lembro que, do mesmo modo, em menos de 30 segundos, muitos dos nossos colegas votaram para derrotar um parecer que tem consistência. Lembro ainda ao Deputado Alencar da Silveira Júnior que, quando os técnicos nos apresentam pareceres diferentes, isso se deve ao fato de não lhes caber a decisão. A decisão política cabe a nós, parlamentares. Os técnicos da Assembléia Legislativa nos orientam. A lei permite interpretações variadas, e cabe-nos decidir qual a mais correta. E, mesmo em menos de 30 segundos, defendendo o interesse coletivo e evitando privilegiar determinados setores da técnica de laboratórios, entendi que isso seria o mais correto politicamente, com o apoio de meus colegas da Comissão.

O parecer era meu, enquanto o estava apresentando, mas já aprendemos aqui que, no momento em que a comissão vota, ele deixa de ser do Deputado para ser de toda a comissão. Portanto, os Deputados não derrotaram um parecer do Deputado Adelmo Carneiro Leão, mas da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Agostinho Silveira - Gostaria de restabelecer a verdade dos fatos perante o Plenário. Equivoca-se o nobre Deputado Adelmo Carneiro Leão, a quem sempre dediquei absoluto respeito e estima. Na matéria submetida ao julgamento do Plenário nesta tarde, não é dada à Comissão de Justiça a apreciação do mérito. O Deputado invadiu os limites da avaliação técnica quanto à juridicidade, a legalidade e a constitucionalidade do projeto apresentado, invadiu a seara do mérito. Com todo respeito que tenho ao Deputado, ele se equivocou.

Equivoca-se pela segunda vez quando atribui a V. Exa. a confecção do parecer. Esse parecer foi assinado pelo Deputado Bené Guedes, e não por V. Exa., que assinou aquele que tratava da regulamentação dos bingos. Para que o público tome conhecimento, discordo do Deputado quanto ao alcance do mérito proposto pelo Deputado que apresentou esse projeto. De fato, recebeu, por parte do Secretário da Saúde, proposta de emenda, que foi por mim acatada, estendendo o controle da infecção hospitalar à rede particular, ampliando-se a proposição do Deputado Ambrósio Pinto.

Portanto, estou apenas usando este microfone para estabelecer a verdade dos fatos e dizer que o projeto é de longo alcance e importância para a saúde. No que tange aos aspectos técnico e jurídico, é perfeito e não fere a Constituição Federal. Meu voto é favorável à tramitação do projeto apresentado pelo Deputado Ambrósio Pinto.

O Deputado Bené Guedes - Já havia esclarecido, quando o Deputado Ambrósio Pinto ocupou a tribuna na semana passada, que assumi a responsabilidade de ter sido o relator e, conseqüentemente, de emitir o parecer que deveria ser do Deputado Agostinho Silveira, que não se encontrava presente naquela reunião. Por determinação do Presidente Ermano Batista, coube a mim relatar o projeto. Estribei-me tecnicamente no parecer dos assessores da Casa. Embora tenha o maior carinho e respeito pelo Deputado Ambrósio Pinto, curvei-me aos argumentos da assessoria técnica. O Deputado Adelmo Carneiro Leão, que é ex-Secretário de Estado, profundo conhecedor da área da saúde e uma pessoa a quem respeito muito, pois trabalho nesta Casa há muitos anos ao seu lado, em seu pronunciamento, naquela sessão, convenceu-me de que o parecer confeccionado pela assessoria da Casa era o mais correto. Todavia, após o resultado final, disse ao Deputado Ambrósio Pinto que também o maior interessado no projeto não pôde estar presente naquela sessão. Caberia ao Plenário, de forma soberana, decidir essa questão, razão pela qual, assim como o Deputado Adelmo Carneiro Leão, respeito as decisões dos colegas, mas reitero o meu posicionamento e assumo que emiti o parecer estribado na orientação dos técnicos da Casa, que, de acordo com a minha ótica, são competentes e sérios e não enveredaram no campo político, que é o nosso. Muito obrigado.

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Esgotado o prazo destinado à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado João Paulo - Nobre Presidente Dilzon Melo, votei pela rejeição da preliminar de inconstitucionalidade para que a matéria fosse apreciada e para que o projeto fosse encaminhado às comissões de mérito, a fim de que pudessem sobre ele se manifestar. A questão da constitucionalidade ou inconstitucionalidade é uma das mais intrincadas no ramo do direito. Como tenho convivido com isso há longos anos, pois tive a oportunidade de ser professor de Direito Constitucional, percebo que é um grande tormento não só para nós, Deputados, mas também para os advogados especializados na matéria e para os tribunais, que, ao se decidirem pela constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei, não o fazem por unanimidade. Há sempre uma cabeça que destoa das demais, apesar de serem cabeças coroadas pelo saber jurídico. Portanto, nós, Deputados, não temos o dever de ser advogados especializados em lei para estarmos nesta Casa. Temos a obrigação de converter em leis os sentimentos da população.

Vejo que existe muita facilidade em se apontar a inconstitucionalidade de vários projetos que tramitam nas Casas Legislativas. Portanto, faço um apelo aos colegas: havendo uma ponta de dúvida não acatem a inconstitucionalidade, a fim de que o projeto possa prosperar, vir ao Plenário, em que será julgado. Eventualmente, mesmo sendo inconstitucional e convertido em lei, a justiça poderá apreciar essa lei, julgando se é ou não inconstitucional. Não vale a pena abortar uma iniciativa louvável e brilhante, porque um consultor - brilhante, concursado -, entendendo que a matéria é inconstitucional, sugere ao parlamentar que leve esse parecer à Comissão, que o acata, prejudicando, assim, segmentos importantes, cujas expectativas pela aprovação da matéria eram justas. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ambrósio Pinto - Agradeço aos meus colegas Deputados que me deram apoio, votando contra o parecer da Comissão. Faço um agradecimento especial ao Deputado Agostinho Silveira, que vem acompanhando o meu projeto, dando-me uma grande ajuda no seu encaminhamento.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, o nosso objetivo não é de proteger algum produto. Estamos preocupados com aqueles que estão nos hospitais, necessitando de nossa assistência. Tenho a certeza de que o simples ato de desinfetarmos as nossas mãos, ao visitarmos pacientes hospitalizados, trará grandes resultados na prevenção da infecção hospitalar.

O projeto recebeu elogios do Secretário da Saúde e da Associação Médica, que nos enviou um telegrama de agradecimento. A nossa intenção não é de fazer propaganda de produto, mas defender os enfermos que estão em nossos hospitais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Dimas Rodrigues) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 22 Deputados, que, somados aos 8 em comissões, perfazem o total de 30 presentes. Não há "quorum" para votação, mas o há para a discussão da matéria em pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a concessão de benefícios securitários aos policiais civis e militares do Corpo de Bombeiros e aos agentes penitenciários do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto.

Nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso V do art. 284, do Regimento Interno, a Presidência deixa de receber a seguinte emenda da Deputada Elaine Matozinhos, por ser idêntica a outra rejeitada no 1º turno:

EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/99

Acrescente-se onde convier:

"Art. - O art. 2º da Lei nº 12.765, de 21 de janeiro de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, revogado seu parágrafo único:

"Art. 2º -

§ 1º - O número de funções de que trata este artigo fica limitado a cento e setenta e quatro, extinguindo-se cada função com a respectiva vacância.

§ 2º - O servidor estadual investido na função de defensor público junto às penitenciárias do Estado passa a integrar o quadro suplementar a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 3º - O servidor de que trata o § 2º não fará jus ao pagamento do Adicional de Local de Trabalho, previsto na Lei nº 11.717, de 27 de dezembro de 1994.".

Sala das Reuniões, 14 de junho de 2000.

Elaine Matozinhos

Justificação: São assegurados aos pacientes encarcerados diversos direitos de índole constitucional, entre eles o direito à assistência judiciária. A Lei de Execução Penal dispõe sobre a assistência jurídica, quer durante a ação penal de conhecimento, quer para defender suas pretensões nos incidentes da execução ou no acompanhamento da fase executória da sentença aos presos e aos internados que não tenham recursos financeiros para constituir advogado - o que coincide com maioria da população carcerária. A Constituição Federal, ao consagrar os direitos penitenciários - entre eles o direito à assistência jurídica -, dá autonomia aos Estados para cumprirem tais preceitos. Em nosso Estado, os estabelecimentos penitenciários tem um corpo jurídico de servidores efetivos, estáveis em pleno exercício da função de defensores, portadores da indispensável carteira de Defensor Público, porém sem a legislação pertinente a seus cargos. O que se pretende com essa emenda é corrigir essa distorção, legalizando a situação dos defensores jurídicos penitenciários no exercício de suas funções. Como se trata de medida da mais alta justiça, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta emenda.

Em outro momento da tramitação, alguns colegas propuseram que a presente emenda fosse transformada em um projeto de lei, para que, nesse formato, tramitasse; todavia, para evitar a configuração de vício de iniciativa, faz-se necessário que a emenda seja "acoplada" a projeto de lei de autoria do Executivo. Como já dissemos, trata-se de fazer justiça. Mas, em vista da sistemática de competência legislativa constitucional que nos rege, há de ser essa solução estabelecida por meio de emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 21/99.

O Sr. Presidente - Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 899/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.011/2000, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do recolhimento do ICMS sobre o abate e a industrialização de carne de animais no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.024/2000, do Deputado Fábio Avelar, que estabelece obrigatoriedade aos estabelecimentos comerciais na afiação das limitações ao recebimento de cheques e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.050/2000, do Deputado Ivo José, que cria o Programa de Incentivo à Apicultura do Estado de Minas Gerais - PROMEL - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Política Agropecuária. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.059/2000, do Deputado Eduardo Brandão, que dispõe sobre a gratuidade de serviços prestados pelo Estado por meio da Internet. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação. Vem à Mesa requerimento do Deputado Ivo José em que solicita o adiamento da discussão do projeto. Tendo em vista a inexistência de "quorum" para votação, fica prejudicado o requerimento. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.105/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimentos destinados à produção ou à manipulação de alimentos destinados à venda no comércio, elaborados no Estado de Minas Gerais por produtores artesanais ou de agricultura familiar filiados a uma associação ou uma cooperativa. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita o adiamento da discussão do projeto. Tendo em vista a inexistência de "quorum" para votação, fica prejudicado o requerimento. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.137/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às Pessoas Portadoras de Traço Falciforme e de Anemia Falciforme e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde. Vem à Mesa requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita o adiamento da discussão do projeto. Tendo em vista a inexistência de "quorum" para votação, fica prejudicado o requerimento. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.189/2000, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre as empresas de asseio e conservação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

Emendas ao Projeto de Lei nº 1.189/2000

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º - As empresas de asseio e conservação terão seus documentos constitutivos e respectivas alterações arquivados no órgão do registro do comércio."

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2000.

Paulo Piau

Justificação: Mister se faz melhor análise na proposta apresentada referente ao estabelecimento de um limite mínimo de capital social integralizado para o exercício das atividades de asseio e conservação no Estado.

Concordamos e apoiamos a intenção de dotar o Estado de melhores mecanismos de controle da atividade com normas mais rigorosas para o funcionamento dessas empresas para a prestação dos serviços de limpeza, higienização, manutenção e conservação em geral.

Entretanto, parece-nos ser uma proposta que está na contramão da situação econômico-social do País, pois sacrifica as pequenas empresas sérias e idôneas que já estão em funcionamento e prestam serviços relevantes e indispensáveis no mercado e que, na tentativa de coibir o funcionamento de outras que não honram compromissos assumidos, serão obrigadas a fechar seus estabelecimentos.

EMENDA Nº 3

Fica suprimido o art. 12, renumerando-se os demais dispositivos.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2000.

Paulo Piau

Justificação: A vedação a que se propõe o art. 12 do projeto fere garantia constitucionalmente assegurada no tocante à livre iniciativa e apresenta-se como uma forma indevida do Estado de exercer, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, atropelando direito do livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão e não seguindo um regime político calcado na participação democrática e nos postulados da iniciativa privada.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do Deputado Paulo Piau, que receberam os nºs 2 e 3. Nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, a Presidência encaminha o projeto com as emendas à Comissão de Turismo, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.208/2000, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, no que se refere à redução da carga tributária em operações com energia elétrica na situação que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Olinto Godinho e indaga de S. Exa. se tem condições de emitir parecer ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Olinto Godinho - Sr. Presidente, farei uso do prazo regimental.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.226/2000, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre o uso de aeronaves oficiais no âmbito da administração pública estadual direta ou indireta e de empresas públicas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.226/2000

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.226/2000 a seguinte redação:

"Art. 1º - A utilização de aeronaves oficiais de propriedade do Estado, assim como aquelas cedidas ou alugadas a quaisquer de seus órgãos e entidades ou aquelas postas à disposição de outros Poderes e entes públicos, ou a particulares, obedecerá ao disposto nesta lei."

Justificação: A emenda procura ampliar a abrangência do projeto original, de modo a fazer com que qualquer aeronave em uso pela administração estadual seja alcançada pela lei. De fato, a redação original não contempla situações na quais o administrador público é responsável por aeronaves cedidas ou alugadas ao Estado, assim como aeronaves que o Estado eventualmente venha a ceder, por convênio ou outro instrumento, a outras entidades. Procura-se incluir no horizonte da fiscalização pública todas as situações em que aeronaves estejam destinadas a atividades públicas, sejam elas de propriedade pública ou privada, com ou sem ônus para os cofres públicos. Desse modo, procuramos aperfeiçoar o projeto, permitindo que a fiscalização sobre a utilização do patrimônio público seja ainda mais ampla, e obrigando os administradores públicos a prestar contas de todas as suas atividades referentes ao assunto. Pedimos, por isso, a colaboração de nossos nobres colegas à aprovação dessa emenda.

Sala das Reuniões, de outubro de 2000.

Sávio Souza Cruz

EMENDA Nº 5

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 10:

"Parágrafo único - Acompanharão o primeiro relatório trimestral de voo os relatórios trimestrais referentes aos seis anos anteriores à publicação desta lei."

Justificação: A emenda proposta visa a ampliar o alcance da divulgação do uso feito pela administração pública das aeronaves oficiais. A transparência no uso da coisa pública é uma exigência tão importante que não pode ser restringida a limites estreitos de tempo. Em que pese aos efeitos imediatos e futuros que a proposta original terá em prol da moralidade pública, acredito que poderemos obter resultados ainda maiores por meio da divulgação dos voos realizados ao longo dos últimos anos. Permite-se, com essa medida, o pleno exercício da cidadania e da ação fiscalizadora dos representantes da sociedade. O conhecimento público da forma como esse patrimônio do Estado foi utilizado certamente permitirá o estabelecimento de parâmetros para a fiscalização da utilização futura das aeronaves oficiais. Por esses motivos, solicito a colaboração dos nobres colegas para a aprovação dessa emenda.

Sala das Reuniões, de outubro 2000.

Sávio Souza Cruz

O Sr. Presidente - No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do Deputado Sávio Souza Cruz, que receberam os nºs 4 e 5. Nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, a Presidência encaminha o projeto com as emendas à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Estado a dar incentivo ao município que implantar o programa de aleitamento materno. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 838/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 901/2000, dos deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 984/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria em fase de discussão e persistindo a falta de "quorum" para votação, a Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga a reunião até as 19h30min. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, Líder do PFL, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 60 minutos.

- O Deputado Sebastião Navarro Vieira profere discurso, que será publicado em outra edição.

3ª Parte

O Sr. Presidente (Deputado Ambrósio Pinto) - A Presidência passa à 3ª Parte da reunião, destinada a comunicações e a pronunciamentos de oradores inscritos.

Leitura da Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva (2) - falecimento do Sr. Omar Fontana, ocorrido em São Paulo, em 8/12/2000; e da Sra. Maria do Carmo Xavier Cobra, ocorrido em Borda da Mata, em 10/12/2000 (Ciente. Oficie-se.).

Oradores Inscritos

- O Deputado Alencar da Silveira Júnior profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência encerra a reunião, desconvocando a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 13, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 201ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 5/12/2000

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Deputado Miguel Martini - Palavras do Sr. César Vanucci - Palavras do Sr. Presidente - Instalação da Frente Parlamentar da Cancerologia.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. César Vanucci, Diretor da Fundação Mário Penna e da Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna; e o Deputado Miguel Martini, autor do requerimento que deu origem a esta reunião.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários à instalação da Frente Parlamentar da Cancerologia.

Palavras do Deputado Miguel Martini

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Exmo. Dr. César Vanucci, amigo e Diretor da Fundação Mário Penna e da Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna; Srs. Deputados e Deputadas, representantes das diversas ONGs que trabalham na defesa de todos aqueles que são acometidos desse mal e lutam em defesa da vida apoiando todas as iniciativas, senhores e senhoras, hoje a Assembléia Legislativa está em festa. Geralmente somos votados, mas hoje exercemos o direito do voto, enquanto parlamentares, na escolha da nova Mesa Diretora para o biênio 2001/2002. Esse acontecimento não estava marcado para o dia 5, hoje, mas houve uma antecipação. Apesar de todas as atenções estarem voltadas para a eleição da Mesa, apesar de os amigos, correligionários e parentes estarem festejando esse momento da democracia, a importância deste ato que estamos celebrando não será reduzida: o lançamento da Frente Parlamentar da Cancerologia.

Posso afirmar que, até o momento, quase 50% dos parlamentares dos diversos partidos que compõem esta Casa já se subscreveram como membros dessa Frente. Poderia citar o nome

dos 32 parlamentares, mas isso seria desnecessário e cansativo. O importante é que esta Casa assumiu uma posição de defesa da vida e, a partir da criação dessa Frente, está de mãos dadas com a sociedade no combate a esse mal, que tantas vidas tem ceifado.

A Frente Parlamentar de Cancerologia da Assembléia Legislativa nasce de um imperativo social poderoso e sob inspirações humanísticas extremamente positivas.

Ao definir sua participação institucional em caráter permanente na luta contra o câncer, a Assembléia Legislativa responde, como é próprio da missão que a sociedade lhe confere, às expectativas e aspirações das abnegadas ONGs, que, de forma tão meritória e com resultados tão expressivos, estão inseridas, há tanto tempo, na lida extenuante pela prevenção e pelo tratamento dessa enfermidade tão terrível, cujo número de vítimas cresce incessantemente.

A Frente Parlamentar está chegando com o propósito de complementar essas ações. Chega para ajudar a multiplicar esforços no sentido da ampliação da capacidade de atendimento aos pacientes alcançados pelas vicissitudes da exclusão social.

São eles, os excluídos sociais portadores da doença, o foco das atenções que os parlamentares mineiros, com base no trabalho da Frente, vão consagrar à contundente problemática do câncer.

O que pretendemos é alargar os horizontes do atendimento, da pesquisa. Fazer ecoar mais intensamente e mais longe os resultados esplêndidos da ação devotada, cheia de amor e espírito fraternal, merecedora do apreço e da gratidão da opinião pública, empreendido por instituições respeitáveis. São instituições como a Associação dos Amigos e a Fundação Mário Penna, com o seu portentoso complexo hospitalar, ambulatorial e assistencial, de que, inclusive, tenho a honra de fazer parte, como membro do Conselho Curador; como a Fundação Aura, com suas fecundas realizações educativas e sociais e seu tão bem recebido projeto de implantação do primeiro hospital oncológico para crianças; a Associação de Prevenção do Câncer da Mulher - ASPREM -, com suas iniciativas pioneiras e arrojadas, nos planos assistencial e preventivo; os Amigos do Peito, com sua firme determinação de levar a todos os setores mensagem calorosa de fé e confiança nas virtualidades do ser humano; a Associação Lar Tereza de Jesus, com sua lição prática permanente de generosidade e fraternidade, que pode ser vista na casa de apoio que mantém. Existem muitas outras organizações, identificadas no mesmo sentimento solidário, que distribuem por aí afora, em Belo Horizonte e no interior de Minas, conforto espiritual e benefícios materiais entre adultos e crianças carentes.

A Frente Parlamentar da Cancerologia surge durante a programação da Semana de Prevenção do Câncer, que abrangeu numerosas iniciativas, levadas avante sob o patrocínio das ONGs já mencionadas, contando com o apoio das Secretarias Municipais da Comunidade Negra e do Desenvolvimento Social e da Prefeitura de Belo Horizonte.

As inspirações humanísticas que explicam a presença desta Frente no processo da assistência aos portadores de câncer deverão de permitir-lhe uma atuação pródiga em resultados.

Estamos a imaginá-la, ativa e desenvolta, numa atuação frutífera no campo assistencial, no campo da pesquisa, no campo científico, discutindo questões, estimulando e apoiando programas e projetos das nossas ONGs.

Todo o esforço pretendido é mais do que justificável. Segundo a OMS, a cada ano o câncer atinge 9 milhões de pessoas e mata cerca de 5 milhões, sendo, atualmente, a segunda causa de morte por doença na maioria dos países, no Brasil inclusive.

A mesma OMS alerta: "Se medidas de prevenção e de controle não forem adotadas, a incidência da doença crescerá em 100% nos próximos 20 anos. Isso ocorrerá, principalmente, em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, os quais ainda lutam para resolver problemas básicos de saúde, como os das doenças infecto-parasitárias e de desnutrição.

Nesses países, o câncer, segundo as alarmantes estimativas, vai assumir a liderança entre as causas de mortalidade por doença.

Ao anunciar nossa chegada ao "front" da batalha contra o câncer, queremos dizer de público da nossa disposição em abraçar, com denodo e entusiasmo, a apaixonante causa.

Queremos também homenagear todos quantos, nas ONGs aqui representadas, consagram-se a documentar, com exemplos dignificantes diários, que existe, neste nosso mundo conturbado e marcado pela desafeição e egoísmo, um exército bastante numeroso de homens e mulheres de boa-vontade que encontraram na ajuda ao semelhante uma forma especial e terna de estabelecer um substancial diálogo com Deus."

Sr. Presidente, senhores e senhoras representantes das ONGs, Sras. e Srs. Deputados, é importante que a Casa neste momento, ao cerrar fileiras junto àqueles que já abnegadamente combatem esse mal, destaque que, como foi dito em parte desse discurso, muitos desses problemas resolvem-se com prevenção, com ação política, com decisão política e com determinação. Daí por que considerar ser de extrema importância o lançamento dessa Frente Parlamentar. Então, que os representantes do povo, a Casa do povo, mais que isso, o Poder Legislativo, que decide sobre as leis, o orçamento público, aquele que determina o que o Executivo vai ou não fazer, ao assumir essa bandeira, sem dúvida alguma, através da sua força política, ampliem os benefícios, o apoio, a ajuda, a assistência e - quem sabe? - a própria cura do câncer.

Como foi dito, sabemos que as pessoas abastadas, que dispõem de recursos, têm como se defender; as menos aquinhoadas não têm, dependem do Estado. Infelizmente, sabemos que o Estado brasileiro, nos três níveis, não tem atendido a contento, a tempo e a hora, aqueles que do Estado precisam, principalmente na área da saúde. Essas pessoas dependem dos abnegados, daqueles - homens e mulheres - apaixonados pelo semelhante e que entendem ter uma missão a mais a cumprir, dependem daqueles que se lançam nessa luta, como no caso do Mário Penna, da Fundação, da Associação e de todas as ONGs aqui citadas e de outras mais.

Minas Gerais agora poderá contar com mais uma força, com mais um grupo de pessoas que pode, se quiser, ajudar. Tenho certeza de que todos os que subscreveram podem e querem ajudar. Dessa maneira ficamos felizes com este ato, marcado neste dia de festa do Poder Legislativo. Talvez tivesse de ter sido assim mesmo para mostrar que é preciso lutar, ter entusiasmo, empenho, para conseguir minorar o problema de tantos irmãos, semelhantes, cidadãos mineiros e brasileiros.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Miguel Martini, cumprimento-o pelo brilhantismo de suas palavras, trazendo ao Plenário assunto tão palpitante e necessário à reflexão do povo mineiro. Vejo dois momentos: o histórico, que vive esta Casa, dando uma lição de democracia; e o fato de estarmos iniciando hoje o Ano Internacional do Serviço Voluntário. O Brasil, assim como 123 países, a partir de hoje até o dia 4/12/2001, trabalhará para o serviço do voluntariado. Precisamos, acima de tudo, da solidariedade humana, do espírito cristão, da gestão desta Assembléia Legislativa, do Governo Estadual, do Governo Federal, todos immanados num só sentimento a serviço da população e dos portadores de câncer. Temos, na Pasta da saúde, o Secretário Carlos Patrício, que tem dado um testemunho de preocupação com a prevenção da saúde dos mineiros. Também o Governo de Minas caminhará junto com este Poder, para, unidos, na tentativa de evitar a doença, fazer sua necessária prevenção. A Comissão de Saúde está de parabéns porque trabalha incansavelmente no resgate da vida do semelhante. Estaremos sempre preservando o que de mais precioso tem o ser humano, que é a própria vida. Solidarizo-me com V. Exa, que, através de sua sensibilidade, implanta essa grande Frente Parlamentar. Tenho certeza de que teremos os 77 Deputados lutando para beneficiar a quantos necessitem do nosso trabalho.

Assinalo que é de nossa autoria um projeto que tramita nesta Casa, tendo sido aprovado em duas comissões, proibindo o depósito prévio nos hospitais públicos e particulares no momento da internação, urgência e emergência. Preocupados com a saúde do povo mineiro e imbuídos num só propósito, num só sentimento de solidariedade, iremos beneficiar o nosso Estado.

O Deputado Miguel Martini - Para finalizar, presto minhas justas homenagens a todas as ONGs aqui representadas, pelo maravilhoso trabalho que realizam.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte) - Deputado Miguel Martini, como o Deputado Dalmo Ribeiro Silva comungo da alegria pela criação dessa Frente Parlamentar, que, certamente, produzirá muitos frutos, como tem feito o Hospital Mário Penna, no tratamento dos mais carentes, as ONGs e o voluntariado. Sou médico cancerologista e radioterapeuta. Trabalhei, no Rio de Janeiro, no Hospital do Câncer e, em Belo Horizonte, no Hospital Belo Horizonte, sob a coordenação de Antônio do Monte, de Armando Greco - grandes nomes da cancerologia -, de José Eduardo Monteiro de Moura, de Antônio Celso Lima Costa Pinto, do Dr. Lourival, que hoje está no Hospital do Câncer, e, na Santa Casa, com essa mesma equipe e com o Dr. Jaime Werneck, que desenvolveu um grande trabalho, tornando a Santa Casa um local onde a técnica de Estolcomo para o tratamento de câncer

no colo do útero teve o maior número de pacientes do mundo.

Neste momento, parabeno as ONGs de Belo Horizonte e também duas grandes organizações de Montes Claros que atendem o Norte de Minas, onde o Estado está presente, por meio do SUS, não havendo problemas de custo para o tratamento dessa doença. Além dele, temos uma parceria com a Conferência São Vicente de Paulo, que cede alguns de seus apartamentos para que pacientes de outros locais possam ser tratados, e a Fundação Sarah, cujos recursos vieram a partir da doação de dinheiro arrecadado por parte da família de um casal da CEMIG, cuja filha veio a falecer de um problema oncológico. Aluga uma casa, tem transporte e atende a todas as crianças que recebem o tratamento gratuito e não têm onde ficar.

Deputado Miguel Martini, deveremos, em breve, ter que trabalhar junto com a Secretaria da Saúde e o Ministério da Saúde para a implantação do Cartão Nacional do SUS, sem o qual é impossível qualquer gerenciamento digno da população. Infelizmente, o Governo Federal deixou Minas Gerais sem nenhum dos programas-piloto desse Cartão, nos próximos 36 meses. Da mesma maneira como nos deixou fora do IDH-14 e conseguimos entrar novamente, Minas Gerais deve lutar nesse sentido.

Com o senhor na Presidência da Comissão de Saúde, iremos, por meio dessa Frente Parlamentar, lutar pela melhoria da prevenção do câncer e dos aparelhos para seu tratamento, os quais estão sendo sucateados, já que os recursos do SUS não são suficientes para repor as mínimas peças. Também lutaremos para a organização do curso dos pacientes, para que aqueles do Sul de Minas não tenham que vir até Belo Horizonte e aqueles do Sul da Bahia não precisem perambular, e isso só será possível através do Cartão Nacional do SUS. Apresentaremos nossa proposta tão logo seja possível, para que, no próximo ano, possamos travar nossa luta. Parabéns, Deputado Miguel Martini. Como sempre, tem brilhado.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Arlen Santiago. Com o lançamento da Frente, nosso trabalho tem início. Como o Congresso Nacional já dispõe de uma frente como essa, não será muito difícil coordenarmos os nossos trabalhos com os dela, para conseguirmos que todos os envolvidos nessa causa tenham o respaldo necessário para desempenhar-se bem.

Encerramos dizendo que estamos à disposição e com disposição de lutar para minimizar esse problema, que afeta a todos os mineiros. Muito obrigado e parabéns a todos.

Palavras do Sr. César Vanucci

Exmos. Srs. Deputados Doutor Viana, companheiro de viagens leonísticas; Miguel Martini, companheiro de outras viagens, que, na Fundação Mário Penna, tem marcante atuação como Conselheiro dessa ONG, que representa um papel muito importante na história da pesquisa, do estudo e da assistência oncológica do Brasil; nobres Deputados companheiros e representantes das diversas ONGs, com muita clarividência e lucidez, os Deputados que fizeram uso da palavra souberam captar a repousante e reconfortante atmosfera que domina hoje este Plenário de tão ricas tradições de cultura política e de civismo. Na verdade, estamos em festa por efemérides de natureza histórica, uma delas simbolizada por uma eleição que traduz o sentimento da Casa e que está em sintonia e em harmonia com os princípios e as diretrizes da nossa Lei Maior. A outra efeméride está representada justamente por esse acontecimento memorável da implantação, pela Assembléia Legislativa, da Frente Parlamentar de Cancerologia. Assim, a Assembléia faz-se presente em uma luta que abraça os corações e as mentes de um exército audaz, constituído de pessoas de boa-vontade que, engajadas no trabalho das ONGs, vêm procurando levar lenitivo à imensa legião dos desprotegidos sociais. As ONGs aqui representadas, a Fundação Mário Penna, a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna, a Fundação Aura, a Sociedade Brasileira de Mastologia Núcleo de Minas Gerais, a ASPRECAN, Associação de Prevenção do Câncer da Mulher, e a Amigos do Peito, participam dessa extenuante fana de levar aos despossuídos sociais instrumentos e recursos que lhes possibilitem divisar, em seu itinerário sombrio, uma luz que represente um farol de esperança. No momento em que essas ONGs estão empenhadas na divulgação de informações úteis no campo da prevenção do câncer, de acordo com a programação da Semana da Prevenção do Câncer, estão a receber essa adesão de maiúsculo significado que é a constituição da Frente Parlamentar de Cancerologia.

Ela significará um ancoradouro permanente, um ponto de apoio constante, um local, um ponto de trabalho, ao qual vamos, nas oportunidades apropriadas, levar o nosso apelo, o nosso SOS, o nosso pedido de ajuda, a fim de que, por meio de ação política desta Casa, uma ação política sempre fecunda em benefícios sociais e comunitários, possamos realizar, a pleno contento, a nossa missão social. Estamos, a exemplo desta Casa, impregnados da convicção de que fora da solidariedade não há salvação e de que a serenidade de Deus costuma estar presente nas coisas que realizamos juntos.

Assisti, pela televisão, um pronunciamento de S.S. o Papa João Paulo II, feito ontem, em Roma. O Sumo Pontífice exortava, mais uma vez, em nome de um sentido clamor humano, as nações a se agrupar em torno da solução dos candentes problemas sociais dos nossos tempos. Num dado momento de sua exortação, o Papa João Paulo II pediu o perdão das dívidas externas. Como um simples cidadão de um país distante, cheio de potencialidades, carregado de problemas e, por causa dos problemas, apesar das esperanças, carregado de incertezas, meditei sobre a razão do pouco eco, da nenhuma reverberação, da ressonância insatisfatória que existe para apelos desse gênero. Tudo consiste no fato de que ainda prevalece no mundo um egoísmo e uma ambição muito grandes, que transformaram a economia em ícone da humanidade, no lugar de Deus. O Papa exorta, apela, implora, solicita, dá voz ao clamor humano. No entanto, o máximo que se consegue é uma ou outra manifestação de apoio de alguma tribuna de algum parlamento. Nada acontece, de prático, no desdobramento. Todavia, se um tecnocrata qualquer, pertencente a uma agência de desenvolvimento internacional - como as muitas existentes no mundo, a serviço dos megaespeculadores, a fim de monitorar as nações emergentes -, emitir uma nota de apreciação sobre o desempenho econômico de uma nação é um deus-nos-acuda. As bolsas oscilam, os jornais soltam editoriais em que anunciam estar estabelecido o pânico.

O nosso mundo está perdido. Este mundo nosso, diante de situações tão incríveis, está vivendo de equívocos extremamente perniciosos ao espírito da solidariedade. Cabe a nós, que acreditamos na solidariedade, que sabemos muito bem, por razões religiosas ou outras quaisquer, que fora da solidariedade não há salvação, em torno de ONGs, em torno de agrupamentos de homens de boa-vontade, ajudar a construir o mundo, fazendo deste um mundo melhor, porque disso carece urgentemente a humanidade, que lamenta toda essa elegia interminável das aflições e das angústias que dominam os lares das pessoas sem teto, das pessoas sem terra e das pessoas sem saúde e, às vezes, sem esperança.

Nobre Deputado Miguel Martini, estamos recebendo com o coração em festas e as mentes tomadas do maior regozijo essa adesão da Assembléia Legislativa, sob a forma do programa de trabalho prometido pela Frente Parlamentar da Cancerologia, à nossa luta em favor do canceroso indigente, daquele excluído social que é abrigado nas enfermarias do Hospital Mário Penna, que é levado ao Lar Célia Janotti, ao Lar Terezinha de Jesus, à Casa de Apoio da Áurea, aos consultórios e aos ambulatórios da Sociedade Brasileira de Mastologia e da ASPRECAN e ao Lar Januário Carneiro de Apoio à Infância.

Estamos, em nome deles, agradecendo, convencidos de que desse apoio vão se projetar medidas práticas as mais fecundas, vão nascer frutos os mais copiosos, do estilo daqueles frutos que, consoante a linguagem evangélica, são frutos que permanecem.

Meus amigos, fora da solidariedade social, não há salvação, e a serenidade de Deus, como ocorre neste momento, está presente naquilo que fazemos juntos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Em que pese aos extraordinários avanços da medicina, principalmente a curativa, ainda não se encontrou melhor saída para escapar das enfermidades do que através da prevenção. O homem veio aprendendo essa lição ao longo dos séculos. Na Idade Média, por exemplo, conseguiu-se debelar a temível "peste negra" com o saneamento e a urbanização das cidades. Há menos de dois séculos, a varíola ceifava milhares de vidas; com a introdução da vacina específica, essa moléstia praticamente desapareceu da face da Terra.

No século que estamos terminando, a medicina preventiva tem sido extraordinária aliada, entre outras, no combate às moléstias cardiovasculares e ao câncer. No caso deste último, especificamente, se falha a prevenção, o diagnóstico precoce pode levar à cura. O desafio aqui, portanto, é não apenas prevenir, mas proporcionar tratamento curativo a todos aqueles que sucumbem aos males cancerígenos. E é essa a razão por que estamos fazendo instalar nesta Assembléia a Frente Parlamentar da Cancerologia.

A iniciativa é de autoria do companheiro Deputado Miguel Martini, Coordenador da Frente nesta Casa, o qual se tem notabilizado pelo denodo à causa pública e pela preocupação com o social. O movimento - que já existe no âmbito do Congresso Nacional, mais precisamente da Câmara dos Deputados - tem por objetivo trabalhar de forma solidária e coordenada para prevenir e viabilizar o tratamento do câncer. A ação envolve os poderes públicos em todas as esferas da Federação, em estreita sintonia com a sociedade.

Estima-se que cerca de 9 milhões de pessoas serão vitimadas pelo câncer em todo o mundo este ano.

No Brasil, como na maioria dos países, a doença já é a segunda causa de óbitos. Caso não sejam adotadas drásticas medidas de prevenção e tratamento, os índices de mortalidade poderão dobrar nos próximos 20 anos.

É uma situação preocupante, que fala por si, dispensando maiores justificativas para a instalação da Frente Parlamentar da Cancerologia. Pois é o que estamos fazendo, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com nossos agradecimentos a todos os que nos honram com sua participação na nobre empreitada. Muito obrigado.

Instalação da Frente Parlamentar da Cancerologia

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de declarar instalada a Frente Parlamentar da Cancerologia, a ser composta pelos Srs. Deputados Agostinho Silveira, Alberto Bejani, Alencar da Silveira Júnior, Amílcar Martins, Antônio Andrade, Antônio Carlos Andrada, Arlen Santiago, Bené Guedes, Bilac Pinto, Carlos Pimenta, Cristiano Canêdo, Doutor Viana, Edson Rezende, Elbe Brandão, Geraldo Rezende, Hely Tarquínio, Irani Barbosa, Ivo José, João Leite, Jorge Eduardo de Oliveira, José Milton, Luiz Menezes, Marcelo Gonçalves, Márcio Kangussu, Maria José Hauelsen, Maria Olívia, Mauro Lobo, Pastor George, Paulo Piau, Sebastião Costa e Wanderley Ávila, sob a coordenação do Deputado Miguel Martini.

A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e de todos os convidados.

ATA DA 119ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 30/11/2000

Presidência do Deputado Anderson Aداuto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras dos Deputados Paulo Pettersen e Ivair Nogueira - Palavras do Deputado Federal Vittorio Medioli - Apresentação Musical - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - Dilzon Melo - Gil Pereira - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Ivair Nogueira - Ivo José - João Paulo - José Henrique - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Sávio Souza Cruz - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2º-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Vittorio Medioli, Presidente do jornal "O Tempo"; Deputado Paulo Pettersen, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Deputado Ivair Nogueira e os Srs. Paulo Roberto Brandão de Souza, colunista do jornal "Pampulha", representando o Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, e Carlaile de Jesus Pedrosa, Prefeito eleito de Betim, representando os Prefeitos aqui presentes.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o jornal "O Tempo" pelos seus quatro anos de circulação.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela Banda da PMMG, sob a regência do Ten. Paulo Roberto de Matos.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Paulo Pettersen

Exmos. Srs. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Anderson Aداuto; Deputado Federal Vittorio Medioli, Presidente do jornal "O Tempo"; Deputado Ivair Nogueira; Paulo Roberto de Souza, representante do Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais e colunista do jornal "Pampulha"; senhoras e senhores convidados presentes a esta solenidade, a imprensa norte-americana - líder no cenário mundial, em consequência, entre outros fatores, da hegemonia política desfrutada pelos Estados Unidos - foi alvo, recentemente, de acirradas críticas por parte da opinião pública. Foi, como se sabe, a propósito do impasse na eleição presidencial, o qual até hoje se estende. Acusou-se o jornalismo americano de parcialidade e irreflexão, ao divulgar, como definitivos, resultados que ainda não estavam confirmados.

Sem entrar no mérito, fazemos o registro para destacar a importância e o peso da atividade jornalística na vida moderna. E reconhecer tal dimensão é o que nos leva, como representantes do povo mineiro nesta Casa, a homenagear o jornal "O Tempo", por estar ele completando quatro anos de circulação.

Foi exatamente em 21/11/96 que saiu do prelo a primeira edição de "O Tempo". Sua fundação não constituiu obra do acaso, nem balão de ensaio para empreendimento discutiável. Resultou, isto sim, de estudo e trabalho conscienciosos: durante três anos, planejou-se o órgão que deveria ser voltado para os interesses do leitor e que adotasse postura crítica, pluralista e apartidária. A par disso, procurou-se dotar o jornal de qualidade e precisão informativas, tornando-o verdadeiro serviço de utilidade pública.

O resultado aí está: nestes quatro anos, "O Tempo" firmou-se pelo interesse despertado em todos os que o lêem, a esta altura uma legião de subscritores de informação cotidiana e válida. Em relação às autoridades constituídas, nosso homenageado persevera naquela atitude isenta e responsável que lhe garante a confiança do público leitor: colabora sempre com o Governo, seja criticando o que lhe soa equivocado, seja aplaudindo o que considera certo.

Quanto ao caráter pluralista, ele se reflete na abrangência da sociedade a que se dirige a publicação, bem como na análise aprofundada das matérias que enfoca. A conotação apartidária, esta ratifica a independência de opinião do jornal, cujo compromisso exclusivo é com a sociedade.

Se "O Tempo" veio para inovar, é inegável que o conseguiu. Prova é o serviço - único entre nós - que ele oferece ao publicar noticiário simultâneo de prestigiosos jornais estrangeiros, como o "The Times" e o "Sunday Times", de Londres, e o "El País", de Madri. Igualmente, reproduz com exclusividade textos e fotos das revistas norte-americanas "US News and World Report", "Fortune" e "George". Quer isso dizer que o conceito da aldeia global - realidade vibrante e insofismável nos dias atuais - foi bem assimilado por nosso homenageado.

A citação de números e dados poderia revelar certa frieza, se quem os apresentasse não o fizesse com motivação e se - do outro lado - estivessem desatentos os ouvidos em que ressoam. Não é esse o nosso caso. Confessamos que, pessoalmente, nunca estivemos tão convencidos da justiça desta homenagem. Se assim não fosse, não seríamos autores da iniciativa que a originou. Em contrapartida, os que nos ouvem estão conosco immanados na motivação e no entusiasmo. Portanto, permitimo-nos fazer aqui algumas referências estatísticas e factuais, sem o perigo de parecermos fastidiosos: "O Tempo" circula diariamente, com tiragem de 35 mil exemplares; ele tem penetração em Belo Horizonte e em mais outras 310 cidades mineiras, além do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília, nesta última, mantém uma sucursal; com diagramação moderna e atraente, edita Cadernos de Economia, Esportes, Cidades, Política, Magazine (Caderno de Cultura), Gestão, Fortune Américas, Agronegócios, Negócios, Fim de Semana, Serviços, Carro e Companhia, Planeta Digital, Habitat e Emprego; além da redação e do parque gráfico estabelecidos em Contagem, mantém a sede e um espaço cultural em Belo Horizonte, em prédio histórico primorosamente restaurado no Bairro dos Funcionários.

À frente de toda grande obra, existe sempre um grande obreiro. Nosso homenageado não é exceção, e sua existência vem coroar a trajetória de um empresário - italiano de nascimento e mineiro de coração -, que é o Dr. Vittorio Medioli. Trata-se de um homem que, vindo de longe, vem dando de perto sua contribuição inestimável ao Estado e ao País.

É interessante notar que, enquanto determinados setores da elite brasileira saem do País com seus capitais e investimentos, Medioli percorreu o caminho inverso. Não faz muito tempo que aqui chegou, entusiasmado e cheio de idéias, apaixonando-se pelo que viu. Naturalizou-se brasileiro, aqui constituiu família e consolidou esta potência empresarial que é o Grupo Sada. Não contente, sentiu que poderia ainda mais contribuir para a Nação que o acolhera, e ingressou na vida pública. Há alguns anos - referendado pelo voto direto e consciente de seus novos conterrâneos - o Deputado Vittorio Medioli ilustra o Congresso Nacional com seu esforço e seu patriotismo. Para coroar, jornalista nato que é, foi avante com a idéia vitoriosa do jornal "O Tempo".

Os leitores de nosso jornal já estão habituados à coluna assinada por seu Presidente, na qual ele analisa e comenta a realidade brasileira. Pois é interessante notar que poucos brasileiros natos compreendem tão bem o País como esse cidadão, que se fez brasileiro por livre escolha. Suas opiniões - caracterizadas pela sobriedade, tão cara aos mineiros - são racionais, objetivas, construtivas. Para não mais nos estendermos, diremos que é um exercício de cidadania que ele nos apresenta com a sua pena de ouro.

Para assessorá-lo, o Dr. Vittorio Medioli foi buscar alguns dos expoentes do jornalismo mineiro. Não vamos nomeá-los a todos, mas permitimo-nos fazer referência ao Diretor Comercial, Luiz Tito, e ao Diretor Financeiro, Marcos Souza. São eles dois grandes profissionais colaborando com uma grande empresa e, como a organização, merecem o nosso aplauso.

Sabemos que a síntese é uma das virtudes do jornalismo moderno. O bom jornalista condensa sua matéria na resposta a umas poucas interrogações: Quem? Como? Quando? Por quê? Pois nós, a esta altura, acreditamos já termos respondido a tais perguntas e concluído, com estas palavras, nossa matéria de homenagem ao "O Tempo". Só nos resta parabenizar o homenageado, do fundo do coração. E o fazemos, endereçando nossa mensagem a todos e a cada um de seus dirigentes, funcionários e colaboradores. Parabéns, "O Tempo"! Receba a saudação sincera e calorosa da Assembléia mineira! Muito obrigado.

Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Exmos. Srs. Deputado Anderson Aduino, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Federal Vittorio Medioli, Presidente do jornal "O Tempo"; Deputado Paulo Pettersen, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Paulo Roberto Brandão de Souza, representando o Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais. Quero, também, cumprimentar cada um dos presentes, meus colegas Deputados, lideranças de Belo Horizonte e de Betim e meu amigo Pedro Ivo Caminhas Pinduca, atual Vereador, Vice-Prefeito eleito de Betim e nosso companheiro nesta Casa a partir de 1º de janeiro, quando estará substituindo o Deputado Estadual Ronaldo Canabrava, que irá assumir o cargo de Prefeito de Sete Lagoas. Seja bem-vindo a esta Casa.

Senhoras e senhores, a mensagem que faço questão de registrar na noite de hoje, solene por marcar uma homenagem tão importante e justa, é com o objetivo de parabenizar a direção e a todos os profissionais de "O Tempo" pelo jornalismo de qualidade e, acima de tudo, ético e respeitoso que produzem diariamente. A postura sempre correta que os jornalistas de "O Tempo" adotam com suas fontes de informação, posso testemunhar, ganhou o respaldo de todos os setores logo que as primeiras edições saíram às ruas, premiando Minas Gerais com um veículo digno das tradições de nosso Estado.

É por isso, caro amigo e Deputado Vittorio Medioli, que o jornal dirigido por V. Exa. é atualmente leitura obrigatória de todos nós que lutamos pelo engrandecimento de nosso Estado. Todas as manhãs, os mineiros que produzem nas grandes cidades, os mineiros que trabalham no campo e aqueles que procuram ocupar seu espaço buscam nas páginas do mais novo dos jornais de Minas a informação clara e objetiva, capaz de nortear suas ações e ampliar seu conhecimento.

O Prêmio Esso de fotojornalismo que "O Tempo" recebeu logo no seu primeiro ano de circulação, com aquela foto de Isa Nigri registrando a morte do Cabo Valério na rebelião da PM, foi apenas o começo de uma trajetória hoje coroada pelo sucesso. E, se me permitem os senhores colegas Deputados, se me concedem a licença a direção e os profissionais de "O Tempo", gostaria de mencionar aqui, com orgulho, o fato de esse grande veículo de imprensa de Minas ter origem na minha terra natal: Betim, onde tive a honra de nascer, de ter sido Prefeito e de conquistar, já por duas vezes consecutivas, o mandato de Deputado majoritário nesta casa. O jornal "O Tempo", semanário que há 27 anos circula na nossa cidade, de fato inspirou essa trajetória de elevado valor social que "O Tempo" diário já conquistou em nossa sociedade.

É por isso, colegas Deputados, nobre Deputado Vittorio Medioli, que a presença maciça de lideranças de Betim aqui esta noite não só traz orgulho para esta Casa como também reafirma o reconhecimento que nossa cidade tem com o veículo que originou a formação desse novo, mas valioso grupo de comunicação mantido pelo Deputado Vittorio Medioli.

Destaco também o semanário "Jornal da Pampulha", o parque gráfico instalado em Contagem e, conseqüentemente, o grande número de empregos que a Sempre Editora garante para Minas Gerais.

Encerrando, portanto, minhas palavras, transmito ao Deputado Vittorio Medioli, a seus Diretores, jornalistas e demais profissionais os votos de muitas felicidades e, sobretudo, de muitos anos de vida. Precisamos sempre da pluralidade da informação. É com uma imprensa cada vez mais livre que Minas Gerais vai mostrar ao País a força de um Estado sempre atento aos ideais democráticos que devem prevalecer no Brasil.

Parabéns ao Deputado Paulo Pettersen, Líder do PMDB nesta Casa, meu Líder, pela iniciativa desta homenagem. Parabéns a todos do jornal "O Tempo" pelos quatro anos de jornalismo de qualidade. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Vittorio Medioli

Caro Presidente Anderson Aduino; Deputado Paulo Pettersen, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem ao jornal "O Tempo"; Deputado Ivair Nogueira, nosso amigo e companheiro de Betim; demais Deputados Estaduais aqui presentes, e não cito todos porque são muitos; Prefeito eleito de Betim, Carlaile Pedrosa (- Palmas.); Vice-Prefeito de Betim e futuro membro desta Casa, Ivo Caminhas Pinduca (- Palmas.); Secretários Municipais de Betim, Vereadores, autoridades, amigos, Polícia Militar de Minas Gerais, que se faz presente com essa banda de música gloriosa e competente (- Palmas.); meus familiares aqui presentes, hoje é um dia de muito orgulho e até de emoção, quando comemoramos quatro anos de existência de um veículo que surgiu com força e com vontade de permanecer.

Lembro-me de que, no dia em que lançamos esse veículo, algumas pessoas estranharam a comparação que fiz, dizendo que "O Tempo" era um "boeing", um avião que levantava sem trem de pouso. E levantava para voar pela eternidade, porque um jornal diário tem de ter essa pretensão, não pode ser projetado para ter pouso. É um empreendimento que tem de continuar no tempo, um empreendimento que não visa ao seu fim, visa à eternidade a sua frente.

Mas os quatros anos de circulação, as 1.462 edições que completamos hoje serviram para que o jornalismo mineiro mudasse, e para melhor. "O Tempo" introduziu novos parâmetros estéticos e éticos. Estéticos em virtude de um projeto gráfico moderno, que agrada ao leitor e facilita a leitura; ético - e isso é o mais importante - por respeitar a verdade dos fatos e a liberdade de opinião, sem manipular os acontecimentos, sem distorcer as idéias que surgem do pensamento humano.

Nesses dois aspectos, "O Tempo" desbravou o caminho, que se encontrava impedido em nosso Estado. E os mineiros conscientes reclamavam, para que esse caminho pudesse ser aberto por um veículo como "O Tempo". E "O Tempo" acertou tanto nesse desejo que surgia em Minas que acabou sendo copiado, acabou ensinando àqueles que já estavam no mercado.

Hoje vocês podem constatar que, passo a passo, o jornal "O Tempo", os nossos cadernos, as nossas aberturas editoriais passam a ser uma segura guia para os demais veículos copiarem. O bom jornalismo que "O Tempo" pretende desenvolver não se limita a coisas menores. O seu norte é a verdade. E essa verdade, ele procura retratá-la de forma genuína e direta.

Infelizmente, a nossa história, e aqui me refiro à história de Minas, é sobrecarregada de exemplos e de desvios desse compromisso. É nessa lacuna que "O Tempo" surgiu, é devido a esses desvios que cresceu e se consolidou. O jornalismo não pode mudar ao prazer dos interesses comerciais, pessoais ou de outros menores, não pode ser uma biruta que muda empurrada pelos ventos. O médico faz, com o juramento de Hipócrates, um compromisso com a vida. O jornalista, da mesma forma, deve se comprometer com a verdade, custe o que custar. A verdade é a alma da notícia, é a razão de ser do jornalismo, é uma semente que, mais cedo ou mais tarde, dará seus frutos saborosos.

Ao contrário, a mentira pode iludir, pode servir para uma festa que dura muito pouco, porque o tempo - e aqui não falo do jornal - é o senhor da verdade. Ele tarda, mas chega sempre como um justiceiro, carregando, consigo, essa verdade. E, se um jornalista retrata um fato, deve despojar-se de preconceitos para alcançar a verdade. Não pode enfrentá-lo com idéias preconcebidas, porque as variáveis dos acontecimentos, as variáveis da vida são imensas. Um repórter que chega não pode saber quem é inocente, quem é culpado, de quem é a razão e de quem não é a razão. Tem que estar despojado disso. Esse é um segredo que ensinamos aos nossos repórteres, escolhidos através de uma seleção criteriosa, dentro dos melhores quadros existentes em Minas Gerais. Quadros aos quais se integraram pessoas que vieram de fora, mineiros que retornaram à terra e, também, paulistas, que deixaram São Paulo acreditando no nosso projeto e aqui fincaram suas raízes. Aqui cito a figura do nosso Editor-Geral, que conduz com maturidade e competência esse desafio editorial que é o nosso jornal.

Um jornalista deve ter opinião própria, ao mesmo tempo em que deve prestar muita atenção à opinião dos outros, e nunca poderá jogar essa opinião à frente dos fatos, correndo o risco de jogar o carro à frente dos bois. "O Tempo" tem procurado exercer suas funções de bem informar.

Foram cometidos erros, porque isso é natural em uma atividade sem descanso. Mas nunca cometeu o erro de defender um erro seu, o que faz a imprensa, em geral, todos os dias. "O Tempo" teve a humildade, a maturidade, de corrigir os erros cometidos, sempre pronto a reconhecê-los, sem criar embaraços e injustiças, sem deixar, em seu rastro, vítimas inocentes. Produzir 50 ou 60 páginas diárias de jornalismo confiável, de qualidade, na prática, significa produzir uma revista "Veja" todos os dias, o que não é fácil, dentro das limitações humanas e materiais a que é submetida a redação de "O Tempo" e a que somos submetidos como um jornal novo, com apenas quatro anos de circulação. Apesar disso e dos enormes problemas, não falhamos com a verdade, e nossas matérias, graças a Deus e ao profissionalismo adotado pelos nossos colaboradores, sempre espelham a realidade dos fatos.

Muitos leitores de Minas que não estavam acostumados a um jornalismo isento, no início, estranhavam o nosso estilo. Alguns até reclamavam pela liberdade com que circulavam opiniões conflitantes em nossas páginas. Ora, numa sociedade plural, livre e democrática, é natural que cada cidadão tenha direito à sua opinião. Eu tenho também direito à minha, sem que por isso a linha editorial e as reportagens do jornal distanciem-se dos fatos. Fato é fato e tem de ser retratado segundo a verdade, seguindo as regras básicas de um bom jornalismo. No entanto, a opinião é pessoal, assim como a religião, e a cada pessoa cabe o direito à sua. Também, aos leitores tem que ser levado o pensamento nos seus mais variados aspectos. É por meio da pluralidade e do ajustamento de idéias conflitantes e interesses que a sociedade evolui, e as classes, os setores, as minorias manifestam-se e convivem como um todo.

"O Tempo" proporcionou uma alternativa confiável de informação, gerando um contraponto ao monopólio que existia e que amedrontava muitas pessoas. Tem-se mostrado um Davi de épocas modernas, um Davi que acredita em sua fé e não tem medo de encarar Golias. A chegada de "O Tempo" ajudou o jornalismo mineiro a se atualizar, levando-o a sair do obscurantismo medieval em que Minas estava mergulhada. Em 1996, dados oficiais mostravam que em Minas Gerais, 50% do total das vendas de jornais era de veículos de outros Estados, revelando que o mineiro não estava satisfeito com a situação com que era obrigado a conviver.

"O Tempo" veio para corrigir essa deformação e, em grande parte, já conseguiu. Se analisarmos o jornalismo dos últimos 20 anos, em Minas, constataremos que se registram dois períodos distintos: o primeiro, é anterior ao surgimento de "O Tempo"; o segundo, depois de sua chegada. O jornalista que gosta de analisar a história da imprensa, ao ler jornais de cinco anos atrás, comparando-os aos de hoje, constatará mudanças fundamentais, mudanças radicais, verificando que todos os veículos mineiros melhoraram. Temos o orgulho de dizer que "O Tempo" instigou, provocou essas melhorias.

O espaço que dedicamos às coberturas política, econômica, cultural e esportiva aumentou em cerca de 40%, comparativamente a seus concorrentes. Dedicamos inteiros cadernos a cada seção, elaborados de forma abrangente, minuciosa, sem cobrar pedágios nem impor restrições a quem quer que seja. Novos setores, novas personalidades, segmentos importantes, que estavam marginalizados, adquiriram visibilidade e passaram a ser divulgados pelas páginas de "O Tempo". O jornal interagiu com a sociedade e foi pioneiro no País por dedicar seções a minorias étnicas e de pensamento. Encontramos a justa fórmula para abordar assuntos polêmicos, como o homossexualismo, o esoterismo, a questão racial e movimentos de vanguarda cultural, que, muitas vezes, incomodam a muitas pessoas. No entanto, não incomodaram os nossos leitores.

Apesar do baixo investimento em propaganda, o jornal "O Tempo" aumentou constantemente sua circulação e tiragem, atingindo o 2º lugar no mercado mineiro e transformando-se numa segura referência de informação dos acontecimentos de Minas fora do Estado. "O Tempo" faz parte dos principais "clippings" de todo o País e serve de referência segura para quem procura uma informação confiável de Minas Gerais.

Foi uma honra para mim lançar e cuidar dos primeiros passos desse empreendimento, mas devo confessar que se tratou de um esforço imenso. "O Tempo" mudou a minha vida pessoal radicalmente e me submeteu a uma constante provação. Especialmente quando a incompreensão se manifestava contra a liberdade de nossa informação, contra a liberdade de informar aos nossos leitores, contra uma forma consciente e responsável de agir com justiça. Graças a Deus, estamos de pé e comemorando, neste parlamento, junto com os nossos colaboradores aqui presentes, competentes e abnegados - podem ter certeza, são os melhores de Minas -, o quarto ano de circulação. Sobretudo a esses profissionais é devida a homenagem de hoje.

Devo agradecer e prefiro não citar nomes, caro Presidente Anderson Aduato, a todos aqueles que souberam compreender, como V. Exa. compreendeu e como o Deputado Paulo Pettersen e os nobres Deputados desta Casa do povo compreenderam o espírito, a vontade e as regras que sustentam e dão vida a "O Tempo".

Estou convencido de que hoje "O Tempo" pertence ao patrimônio de Minas, e, com essa consciência e responsabilidade, continuaremos nosso trabalho, pedindo a colaboração de todos aqueles que compreendem o forte valor social. Se no começo acreditei ser o dono desse jornal, hoje estou convencido de que sou uma engrenagem importante. Esse jornal influenciou minhas decisões e cada passo da minha vida. Mas é um esforço que valeu muito, considerando-se a inestimável utilidade pública que alcançou.

Em nome de toda a diretoria da Sempre Editora, de seus colaboradores e dos meus familiares aqui presentes, agradeço sinceramente a todos vocês presentes e a todos os leitores que hoje representam a nossa verdadeira razão de continuar nesse empreendimento, com força, orgulho e fé. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - A Presidência deseja registrar a presença entre nós, na Mesa dos trabalhos, do Prefeito eleito em Betim, Carlaile de Jesus Pedrosa, representando todos os Prefeitos presentes nesta homenagem.

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação da banda da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que, sob a regência do Ten. Paulo Roberto de Matos, interpretará as músicas "Aquarela do Brasil", de Ari Barroso, e "Emoções", de Roberto Carlos.

A Presidência deseja, em nome do parlamento, agradecer aos participantes da banda a presença e a apresentação.

- Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Deputado Federal Vittorio Mediolli uma placa alusiva a esta homenagem com os seguintes dizeres: "Ao jornal "O Tempo", valoroso paladino da imprensa livre e legítimo porta-voz do povo mineiro, a homenagem do Parlamento de Minas Gerais pelos quatro anos de circulação da sua primeira edição. Belo Horizonte, 30 de novembro de 2000."

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Deputado Federal Vittorio Mediolli, Presidente do jornal "O Tempo", na sua pessoa, esta Casa agradece a presença e estende as homenagens a todos os colaboradores e a seus familiares. Deputado Paulo Pettersen, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, esta Presidência deseja parabenizá-lo pela iniciativa. Deputado Ivair Nogueira, Sr. Paulo Roberto Brandão de Souza, representando o Presidente da Associação Comercial de Minas, Prefeito eleito Carlaile, Deputados presentes, senhoras e senhores, nas duas últimas décadas do século XVIII, quando o mundo conhecia as grandes revoluções que construiriam os tempos modernos - a Francesa e a Americana -, o grande parlamentar britânico Edmund Burke dirigiu-se aos jornalistas que assistiam aos debates na Câmara dos Comuns e, com alguma irritação, criou a frase conhecida: "Vocês, da imprensa, são o quarto poder". A imprensa já era o quarto poder antes que o estadista britânico reconhecesse essa condição. A atividade política, desde que as assembleias deixaram de reunir-se nas praças abertas, é impensável sem a imprensa. E a mais antiga tarefa da imprensa é exatamente a de divulgar as atividades parlamentares. A "Acta Diurna" dos romanos transcrevia as sessões do Senado e era lida nos locais mais freqüentados da grande cidade, no mercado e nas termas públicas.

Mas é no tempo de inquietações e mudanças que a imprensa revela-se criadora e poderosa, na discussão das idéias, na informação dos fatos e na pregação doutrinária. A Independência dos Estados Unidos nasceu, como se sabe, dos textos divulgados pela "Gazeta da Pensilvânia", revista de Benjamin Franklin, e, antes deles, pelo precário jornal que seu irmão James fundou em Boston, usando uma das primeiras impressoras importadas de Londres.

A Revolução Francesa, naquela mesma época, é o mais claro exemplo da força política da imprensa. Mais de 200 jornais circularam naqueles anos intensos, e alguns deles, como "L'Ami du Peuple", de Jean Paul Marat, e "Le Vieux Cordolier", de Camille Desmoulins, foram os mais importantes na agitação revolucionária.

Também entre nós, a imprensa teve papel decisivo na propaganda da independência, na luta contra o absolutismo, nas jornadas pela abolição e pela República e em todos os momentos mais fortes do século XX.

Estamos hoje aqui reunidos a fim de homenagear o mais jovem dos diários de Belo Horizonte e de Minas, "O Tempo", que tem inovado na técnica editorial e na orientação política da imprensa mineira. A objetividade na cobertura dos fatos e a serenidade na análise editorial é a sua marca mais forte, o que explica a inserção do jornal na cultura de Minas.

Seu Diretor-Presidente, o Deputado Vitório Mediolli, soube escolher os colaboradores, cercando-se de homens como Odin Andrade, na orientação jornalística inicial, e Luís Tito, na administração da empresa. Odin Andrade, hoje afastado do jornal pelas circunstâncias penosas da enfermidade, deu a Mediolli o entendimento da alma mineira - e deu-a de tal maneira que o empresário, embora nascido longe de nossas serras, é hoje representante do povo de Minas no parlamento nacional. Luís Tito é homem de reconhecida reputação nos meios empresariais de nosso Estado e de sensibilidade política que o credencia na posição do principal executivo da publicação.

Sua equipe de redação, formada de jovens jornalistas, alguns já com experiência comprovada em órgãos mais antigos da imprensa brasileira, e de veteranos profissionais, dá a "O Tempo" e ao semanário "Pampulha", também da mesma empresa, a sua marca de modernidade na apresentação gráfica e na criatividade dos textos.

A Assembléia Legislativa, que sempre manteve as melhores relações com a imprensa de nosso Estado, sente-se honrada em manifestar seu reconhecimento aos serviços que "O Tempo" vem prestando à sociedade mineira. Nenhum poder - e muito menos os Poderes do Estado - exerce-se quando não há comunidade. Isso foi o que descobriram os Senadores romanos, ao promover a edição da "Acta Diurna", que levava aos cidadãos as decisões políticas, a fim de que elas fossem cumpridas - ou contestadas, como também ocorria naquela época.

Isso faz dos jornalistas e dos políticos companheiros no trabalho comum pelo aprimoramento das leis, na construção da nacionalidade, na luta contra a injustiça.

Tal como Burke, sem a irritação do político inglês, e sim com admiração, posso dizer aos jornalistas presentes: vocês são um dos poderes da República, e o seu poder só é revogado quando revogadas são as liberdades públicas, entre elas, a de expressão. Quando isso ocorre, não há mais poder, mas a usurpação do poder pela violência das tiranias. Por isso mesmo, o nosso poder, o poder dos que são dele investidos pela liberdade do voto, depende do poder de vocês, que são dele investidos, pelo mais antigo dos direitos, o de pensar e expressar o que pensam.

Reitero meus cumprimentos aos Diretores, redatores e colaboradores de "O Tempo" e agradeço-lhes por me terem ouvido. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 1º/12/2000, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 120ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 1º/12/2000

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Marcelo Gonçalves - Palavras do Sr. Jorge Antônio Kattar - Apresentação de vídeo institucional - Apresentação musical - Palavras do Secretário Paulino Cicero - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Fábio Avelar - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Olinto Godinho - Sargento Rodrigues - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Olinto Godinho, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Paulino Cícero, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Governador do Estado, Sr. Itamar Franco; Jorge Antônio Kattar, Vice-Presidente do Grupo Holdercim Brasil S.A.; Cláudio de Paiva Ferreira, Superintendente de Industrialização da Secretaria de Indústria e Comércio, representando o Secretário, Sr. Francisco José de Oliveira; Ademir Gonçalves, Prefeito Municipal de Pedro Leopoldo; Antônio Celso de Freitas, Gerente do Conselho Regional de Desenvolvimento Industrial da FIEMG, representando o Presidente da entidade, Sr. Stefan Bogdan Salej; Thomaz Uebelhart, Gerente-Geral Industrial da Holdercim Brasil S.A.; Edson das Dores Ribeiro, Gerente da Fábrica da Unidade Ciminias de Pedro Leopoldo; e Deputado Marcelo Gonçalves, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a reunião a homenagear a Unidade Ciminias de Pedro Leopoldo do Grupo Holdercim Brasil S.A. pelo recebimento do Certificado ISO 14001.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral Ciminias, sob a regência da maestrina Marilene Fagundes Silveira Fernandes, acompanhada da pianista e tecladista Ilcemara Klen Fernandes.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Marcelo Gonçalves

Sr. Presidente, Exmo. Sr. Dr. Paulino Cícero, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa, o mundo precisa, a toda hora, de empreendedores que renovem, a cada instante, a busca da perfeição.

Motivos não me faltam para ocupar hoje esta tribuna e homenagear o Grupo Holdercim Brasil, o qual, através da Unidade Ciminias, de Pedro Leopoldo, recebeu o Certificado ISO 14001, o primeiro concedido, na América Latina, a uma produtora de cimento.

Não vou enumerar as qualidades do trabalho da empresa porque, dentro de alguns minutos, teremos oportunidade de muito conhecer sobre ela. O que, na verdade, desejo manifestar, é minha satisfação por ser pedro-leopoldense e poder compartilhar da honra que essa certificação representa, uma vez que a empresa já faz parte da história de nossa cidade.

Pedro Leopoldo, há 27 anos, orgulhou-se de poder oferecer condições para que o Grupo Holdercim instalasse ali uma de suas fábricas. Como resultado, há também 27 anos que a população da cidade recebe os benefícios desse privilégio.

A atividade da Holdercim inclui, entre outros produtos, a fabricação do cimento Ciminias. Pois, ao fazê-lo, desde o ano de 1974, uma das preocupações da empresa tem sido adotar uma série de ações, visando preservar os recursos naturais. Nesse contexto, a utilização racional desse patrimônio e o combate à poluição ambiental constituem uma prioridade. Exemplo disso está numa das recentes providências para implementar o Sistema de Gestão Ambiental - SGA -, iniciado em março de 1999.

Esse sistema define os requisitos que uma organização deve observar na adequação de seu processo produtivo ao meio ambiente. Atender à legislação e às exigências ambientais, reduzir desperdícios, utilizar tecnologias não poluentes, conscientizar permanentemente os entes envolvidos, são alguns dos elementos integrantes do programa.

A Fábrica de Pedro Leopoldo foi também uma das pioneiras na obtenção, em 1994, da Certificação do Sistema de Qualidade, emitida pela ABNT. O trabalho de implantação do novo Sistema de Gestão foi norteado pela conciliação dos procedimentos existentes para a qualidade, com instruções que zelem pelo meio ambiente, daí surgindo o Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Em abril deste ano, após ser auditada pela ABNT, a Fábrica conquistou certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental, tornando-se a primeira produtora brasileira de cimento a fazer jus à norma ISO 14001. É evidente que a empresa disso muito se orgulha, e desse orgulho compartilhamos nós, que somos a sociedade de Pedro Leopoldo e de Minas Gerais.

Cumprir notar que a implementação do Sistema de Gestão Ambiental foi um verdadeiro exercício de compartilhamento de responsabilidades. Não há uma só pessoa dentro da organização que não seja co-responsável pelo processo. E foi justamente essa conscientização coletiva que viabilizou a grande conquista.

A preocupação ecológica de nossa homenageada, no entanto, não pára por aí. Desde o ano de 1986, por exemplo, a empresa vem promovendo o co-processamento de resíduos industriais e a utilização de combustíveis alternativos em seus fornos. Com isso, mais de uma centena de milhares de toneladas de resíduos, antes contaminando o ambiente, foram destruídas em condições de alta temperatura.

Em termos de integração com a comunidade, a Holdercim também é um exemplo. Na área de reflorestamento, em parceria com a Prefeitura de Pedro Leopoldo, instalou e mantém um viveiro que produz 10 mil mudas por mês. Mantém, ainda, a "Associação Nacional Vivamos Melhor", que apóia e provê programas comunitários nas áreas de saúde, educação, nutrição e meio ambiente. Em parceria com a Associação de Pais de dois bairros pedro-leopoldenses, desenvolve o programa de Mães Crecheiras. Juntamente com outras empresas, integra o projeto "Empresa Amiga da APAE de Pedro Leopoldo", cujo objetivo é arrecadar recursos para financiar as obras filantrópicas da entidade. Participa, ainda, do programa de alfabetização de adultos, representado pelo "Projeto Educar", para o qual contribui com tele-salas, contrato de professores e fornecimento de material didático.

Para suprir uma das maiores carências da maternidade local, que era a realização de exames como ecocardiograma, mamografia, endoscopia, raios X e ultra-sonografia, a empresa financiou a construção do Centro de Diagnóstico por Imagens.

Ainda em parceria com a Prefeitura local, construiu a Praça Francisco Cândido Xavier, a mais moderna e bonita da cidade. Contribuiu, também, para as obras de reforma do monumento histórico que é o Centro de Referência Patrimonial Casa de Fernão Dias, no Distrito de Fidalgo.

São essas algumas das iniciativas de indiscutível valor que – somadas ao Certificado ISO 14001 - fazem com que o Grupo Holdercim desfrute do mais alto conceito entre os pedro-leopoldenses, bem como em Minas Gerais e no Brasil.

A homenagem que hoje prestamos é, portanto, para cumprir um dever de justiça e demonstrar nosso irrestrito reconhecimento a tudo que o Grupo representa, em particular para o Município de Pedro Leopoldo.

Parabéns, Holdercim! Parabéns, Unidade Ciminás! Muito obrigado!.

Palavras do Sr. Jorge Antônio Kattar

Sr. Secretário Paulino Cícero, Srs. Deputados, Sr. Prefeito, Srs. Vereadores, demais autoridades presentes, meus colegas da Ciminás e da Holdercim, minhas senhoras e meus senhores, é uma grande honra e satisfação estar nesta Casa do povo de Minas Gerais, neste símbolo da democracia, recebendo tão importante homenagem.

Essa iniciativa, tomada pelo ilustre Deputado Marcelo Gonçalves, tem especial significado para nós: Minas Gerais abriga as duas mais importantes fábricas de cimento do nosso Grupo: a Ciminás, em Pedro Leopoldo, e a Barroso, no Município de Barroso. Além disso, nossa energia elétrica provém da CEMIG, nossos impostos são aqui recolhidos e, principalmente, nossos colaboradores, na sua maioria, são filhos desta terra.

Minas Gerais, que nos atraiu por suas riquezas no subsolo e farta disponibilidade de energia, criando condições econômicas para a instalação de nossas indústrias, cativou-nos para sempre por suas características peculiares, que o destacam entre os Estados brasileiros. Minas é um celeiro de talentos nas artes, na literatura, na poesia, na ciência e, principalmente, na arte da política, com P maiúsculo. Seu povo é trabalhador, criativo, interessado e, acima de tudo, amigo.

Este Estado, que nos recebeu de braços abertos há 30 anos, sempre nos apoiou através de seus Governadores, Prefeitos e legisladores, homens públicos constantemente preocupados com o progresso e bem-estar da população.

Tivemos a oportunidade de conviver com nomes do porte de Rondon Pacheco, de Francelino Pereira, do Vice-Presidente Aureliano Chaves, de Hélio Garcia, de Newton Cardoso, e falo com emoção do saudoso Presidente Tancredo Neves, de Eduardo Azeredo e do nosso Presidente e atual Governador Itamar Franco. São nomes que ultrapassaram as fronteiras do Estado para alcançar, pelo seu valor, expressão nacional.

A homenagem que hoje recebemos é fruto da dedicação e do árduo trabalho de nossos funcionários na fábrica da Ciminás, em Pedro Leopoldo, aos quais sinceramente agradeço, em nome da nossa diretoria. O resultado desse esforço demonstra o compromisso do nosso grupo e seus colaboradores com o desenvolvimento sustentável.

Desejamos e apoiamos o crescimento econômico sem, no entanto, comprometer as futuras gerações com danos ao meio ambiente ou sua exclusão do progresso social.

Nossos agradecimentos não se resumirão a estas palavras e a esta cerimônia, mas serão representados por ações e projetos que ampliarão e consolidarão, em todas as nossas atividades, um comportamento ambiental e social exemplar. Muito obrigado.

Apresentação de Vídeo Institucional

O Sr. Presidente - Neste instante, será exibido um vídeo institucional do Grupo Holdercim Brasil S.A.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a apresentação do Coral Ciminás, sob a regência da maestrina Marilene Fagundes Silveira Fernandes, acompanhada da pianista e tecladista Ilcenara Klen Fernandes. Serão interpretadas as seguintes músicas: "Negro Gato", de Getúlio Cortes; "Caçador de Mim", de Sérgio Magrão e Luiz Carlos Sá; "Suíte Nortestina", do folclore popular, com arranjo de Ronaldo Miranda; "Canoa, Canoa", de Nelson Angelo e Fernando Brant; e "Americanizada", de Vicente Paiva e Luiz Peixoto.

- Procede-se à apresentação do coral.

Palavras do Secretário Paulino Cícero

Sr. Presidente, meu caro Dr. Jorge Antônio Kattar, demais integrantes da empresa que compõem a Mesa, Diretores, Superintendentes e aqueles que nos dão a honra do acolhimento em seus ouvidos destas novas palavras, meu caro Deputado Marcelo Gonçalves, caro Prefeito Ademir Gonçalves, prezado Cláudio de Paiva Ferreira, meu caro Antônio Celso de Freitas, Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores e meus amigos, é um enorme prazer representar S. Exa., o Governador do Estado, quando a Assembléia de Minas homenageia o Grupo Empresarial Holdercim Brasil. Estou feliz, porque retorno a esta Casa, onde cheguei, na glória dos meus 25 anos, pelos idos de 1963, como Deputado Estadual. Convivo novamente, agora, com essa atmosfera que serviu de centro de treinamento político para me levar a outras posições que a vida pública me reservou.

É um prazer retornar a este cenário, que me é tão familiar, e é prazer também representar o Governador do Estado, tão preocupado que é com o desenvolvimento de Minas - homem que, desde que chegou ao Palácio da Liberdade, está, indormidamente, preocupado em fazer crescer as oportunidades de emprego, as chances de trabalho, o lucro social, a renda pública, o nível de salário dos trabalhadores, enfim, tudo o que significa lucro social para o Estado. Voltar ao cenário que estimo, em nome do Governador, é dupla felicidade para mim.

Com alegria saúdo também, em nome do Governador, a Holdercim Brasil, que se destaca no universo empresarial pela sua seriedade, pela sua fé e pela forma como se afirmou no País ao longo dos anos. O Dr. Jorge Antônio Kattar disse que selecionaram Minas para aqui virem plantar as suas chaminés e as suas unidades produtivas, porque o povo mineiro é trabalhador, dedicado, dócil, educado, e desfilou uma série de adjetivos que envaidecem extraordinariamente nossa sociologia. Mas só não disse que, talvez, o que tenha trazido o Grupo Holdercim a implantar em Pedro Leopoldo e em Barroso suas unidades produtoras de cimento tenha sido a profunda identificação entre as origens desse capital e o povo de Minas Gerais.

Pergunto-lhes: qual é a marca mais importante do nosso perfil psicológico, histórico e até literário? Como diria Tristão de Athayde, "nós, mineiros, detestamos gestos inúteis; nós, mineiros, temos horror a palavras vazias, a procedimentos que não tenham consequência prática na nossa vida e na sociedade". E quem assim se comporta lá, do outro lado do mar, na Europa? São exatamente os suíços. E é da Suíça que vem o Grupo Holdercim.

E mais: se não fosse essa identidade comportamental, entre a veterana Suíça, com seus quatro cantões, e nós, ainda existiria profunda identidade, a geográfica, ou seja, o perfil de nossas montanhas. Nós, mineiros do centro, de Pedro Leopoldo, de São Domingos do Prata, de Nova Lima, de Ouro Preto, de toda a região do Quadrilátero Ferrífero, não sabemos viver longe das montanhas, porque elas fazem parte do cenário que nosso coração escolheu. Holdercim e Minas Gerais - cenários naturais de trabalho, que saúdo com muita alegria.

O Grupo Holdercim não é como alguns que estão sempre atrás desse jogo da bolsa, de renda rápida, retorno do capital, análise de balanço. Em quanto tempo retiro o capital que coloquei? Quanto posso levar de volta para o país-sede? Não. O Grupo Holdercim é alguma coisa plantada. É como os mineiros, que gostam da casa que eles mesmos constroem para si, para seus filhos, para seus netos e, se possível, bisnetos, até a mais remota progênie. Isso é parte de nós. Isso é parte deles, e assim atuam empresarialmente.

É um grupo que sabe perfeitamente que sua presença é para ficar. É como aqueles velhos imigrantes suíços que hoje estão na cidade de Petrópolis e em alguns cantos muito

escolhidos da geografia brasileira, que se incorporaram ao País, com suas famílias, com seus filhos e suas culturas, com tudo o que a vida lhes deu lá, e vieram fazê-la cá.

Então, saúdo, Dr. Jorge Antônio Kattar, o senhor e toda a família Holdercim, em nome do Governador de Minas, pelo belo espetáculo que dão, de identificação com as gentes de Minas Gerais. E na hora em que recebem a ISO 14001... Acho que muitos não têm noção do que significa a ISO 14001. Não premia ou qualifica o produto; não é o cimento Ciminas que está recebendo essa comenda internacional de qualificação, mas a empresa, por seu modo de trabalhar, pela técnica de produção, pelo cuidado com o meio ambiente, saúde do trabalhador, a educação e o bem-estar geral. É o grau de satisfação de cada um envolvido com a empresa, seja seu público interno - que nela trabalha e dela sobrevive -, seja seu público externo, que, nas lojas e vendas, vai buscar o produto para suas tarefas diárias.

Acho que levaram tão a sério essa história de saúde e educação que, não bastasse o filme institucional que nos apresentaram - dando conta de que participam com as creches, o trabalho de assistência aos idosos, as dez mil mudas ao mês para a recomposição das matas ciliares -, ainda haveria aqui, hoje, um testemunho mais claro do grau de apreço da empresa pela educação: o coral que aqui se exibiu. Porque, nesses meus mais de 60 anos de vida, tenho visto muito coral, muita ópera, muita música, mas nunca vi um coral que unisse, ao mesmo tempo, canto e coreografia. E nos encheu de alegria. De minha posição na mesa podia analisar a reação de cada um, e não vi ninguém sentindo-se aborrecido em ver o desfile, a movimentação e o vai-e-vem coreográfico dessas moças e rapazes que nos encantaram com sua música e sua arte. Então, saúdo, no coral, o carinho da empresa com a educação.

E saúdo na empresa o esforço que faz para vir ajudar Minas Gerais num momento em que é tão vital, para nós, haver grupos com essa seriedade e esse compromisso com o desenvolvimento. O Dr. Cláudio de Paiva Ferreira poderá confirmar: parece que o mundo descobriu o Estado de Minas Gerais e o cidadão mineiro. A Holdercim chegou há 30 anos, mas muitos estão chegando agora: os italianos, com a indústria moveleira; americanos e europeus do Sul, trazendo-nos sua experiência na agroindústria; grupos franceses incorporando-se ao nosso parque produtivo - não só metal e mecânico, mas nas diversas áreas em que se produzem componentes para automóveis -; indústrias químicas, etc. Tudo isso revela que, nesse espaço de tempo do Governo Itamar Franco, de 31/1/99a 31/12/2002, existem investimentos definidos e em execução que totalizam R\$12.600.000.000,00. São R\$12.600.000.000,00 que estão sendo investidos em Minas Gerais, só nas áreas de mineração, metalurgia, energia, telecomunicações, madeireira e química; não estou somando aí nada das áreas de serviços, agropecuária e hoteleira, nem nada de um setor que ocupa, hoje, muita mão-de-obra em Belo Horizonte e nas cidades vizinhas, que é a indústria de confecções. Nada disso. Só estou falando desses seis setores. São R\$12.600.000.000,00 que estão chegando e sendo aplicados no Estado, gerando oportunidade de emprego, oportunidade de salários e de acréscimo na arrecadação tributária, para fazer face às demandas do Governo, que são crescentes.

O Governo está muito preocupado em atrair mais investimentos e consolidar algumas áreas em que já estamos capitaneando as estatísticas nacionais. Por exemplo, 35% de toda a produção de bens minerais do Brasil sai de Minas Gerais. Temos 35% de todo o produto mineral bruto brasileiro. Mesmo na área da nossa Holdercim, o Dr. Jorge Antônio Kattar pode confirmar as minhas palavras, são 38.000.000t de calcário mineradas todo ano, das quais Minas Gerais responde por 25%, ou seja, 9.240.000t de calcário por ano. Isso para a indústria cimenteira, não falando na indústria metalúrgica, que também é forte consumidora de calcário. Aliás, são fornecedores da Açominas. Há poucos dias, em visita a essa empresa, recebi do Presidente da instituição essa agradável notícia. Quer dizer, temos muitas formações calcárias, e como todos sabem formação calcária significa muitas fraturas, muitas grutas, onde não apenas os morcegos se escondem, vão lá também outros animais, o homem pré-histórico. Não é por outra razão que, ao visitar o Museu Real de Copenhagem, encontrei as 12 mil peças catalogadas por Peter Willian Lund, recolhidas exatamente na região de Pedro Leopoldo e adjacências.

Por isso, é muito importante que, ao se definirem métodos de trabalho e de produção para a retirada de calcário e a fabricação de cimento ou de outros agregados, se tenha o máximo de cuidado com o meio ambiente. E a Holdercim está de parabéns.

Ainda hoje, ao sair da Secretaria, telefonei para o Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente, para saber como estavam os processos da empresa, se estavam bem-cuidados, com fácil tramitação. Deu um depoimento da forma respeitosa com que a empresa trata a natureza de Minas Gerais. Tudo isso enche o meu coração de orgulho. Mas vamos fortalecer ainda mais a nossa liderança no território mineral, porque é muito difícil alguém investir dinheiro em pesquisa mineral. Até se definir um alvo para fazer a pesquisa, costuma-se levar de 10 a 20 anos. Hoje, no ano 2000, estamos minerando no Brasil aquilo que descobrimos nas décadas de 70, 80. É um longo processo de tratamento. Mas muito do que o Brasil tem é produto do "achamento". Assim como um dia ouvi um discurso do Presidente de Portugal dizendo que celebrávamos 450 anos do "achamento" do Brasil, também aqui o ferro, o manganês e o ouro foram produtos do "achamento". Mas agora o Governador e o Governo de Minas querem mudar essa regra. Em vez de "achamento" casual, empírico, factual, circunstancial, estamos sobrevoando o território mineiro com aeronaves modernas, dentro do que há de mais requintado e moderno na tecnologia geológica, fazendo programas de aerogeofísica. Estamos literalmente fotografando o subsolo de Minas Gerais. E antecipo a todos os senhores a nossa alegria em verificar que extensos corpos mineralizados estão sendo revelados não só aqui no Quadrilátero Ferrífero, mas nas regiões mais pobres do Estado, como a região do vale do São Francisco e do vale do Jequitinhonha.

Como sabem, uma mina está onde Deus a colocou. Não há meios de retirá-la dali para minerá-la em outro lugar. Portanto, isso deve gerar espaço de trabalho, novas riquezas e reduzir o custo de empresários, como os da Holdercim, que queiram vir somar interesse econômico com a nossa vocação de desenvolvimento.

Por tudo isso, meus amigos, acho que estamos numa noite feliz. Dou parabéns ao querido Deputado Marcelo Gonçalves, por essa feliz iniciativa. Vivemos uma fase em que os Deputados devem fazer exatamente isto: tributar homenagens aqueles que, por seu esforço e exemplo, devem recebê-las da comunidade de Pedro Leopoldo, da comunidade de Barroso e, principalmente, da comunidade de Minas Gerais.

Dizia Max Weber, um velho sociólogo alemão, que miramos nossos exemplos em santos, gênios e heróis. Pois bem. À medida que nos miramos em exemplos como os da Holdercim, estamos criando padrões superiores de desempenho econômico e de busca de felicidade coletiva. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Dr. Jorge Antônio Kattar placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem à Holdercim Brasil S.A. - exemplo de correção empresarial em prol da causa ecológica - pelo recebimento, por sua unidade Ciminas, de Pedro Leopoldo, do Certificado ISO 14.001, padrão internacional de respeito ao meio ambiente. Belo Horizonte, 1º de dezembro de 2000. Deputado Anderson Aduato, Presidente".

- Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Jorge Antônio Kattar - Essa placa pertence aos meus colegas da Holdercim e da Ciminas.

Palavras do Sr. Presidente

Até poucos anos atrás, a questão da preservação ambiental não estava entre as unânimes prioridades do homem: constituía preocupação de grupos ambientalistas, cuja postura poderia mais parecer um exacerbado apego ao legado da natureza.

Ocorre que a conscientização só nos chega na fase crítica. É uma tendência humana e compreensível essa de não dar atenção ao velho ditado de que mais vale prevenir que remediar. Foi o que aconteceu: com o efeito estufa, a temperatura da Terra já se elevou em meio grau centígrado nos últimos 100 anos.

Os verões se eternizam no Hemisfério Sul, entremeados por enchentes catastróficas; os invernos ficam sempre mais rigorosos no Hemisfério Norte, gerando até mesmo crises econômicas derivadas do uso excessivo de combustíveis térmicos. Em síntese, já se fizeram danos consideráveis ao ar, à terra e à água. Essa última, por sinal, hoje se inclui entre os bens mais escassos e preciosos do Planeta.

Salvar o nosso mundo é a questão que se nos antepõe. Não há mais dúvida de que, a continuarmos na atual escala, a Terra será um deserto dentro de poucos séculos. Preservar a qualidade do ar que respiramos, da água que bebemos e da terra que pisamos e de que extraímos nossa sobrevivência, eis aí a tarefa que nos cabe, aos indivíduos, às empresas e às nações.

Foi em razão do fator qualidade e, inclusive, da preservação do meio ambiente que se adotaram os padrões internacionais sintetizados pelos Certificados ISO. Às empresas que os

recebem credita-se a autoria de bons empreendimentos, de bons serviços e produtos e de respeito ao ambiente onde estão estabelecidas.

É esse o motivo de nossa reunião desta noite. Aqui estamos para homenagear o Grupo Holdercim Brasil S.A., por haver sua Unidade Ciminis de Pedro Leopoldo recebido o Certificado ISO 14001.

A Holdercim é um grupo internacional, instalado em Pedro Leopoldo há um quarto de século, cuja contribuição socioeconômica ao Estado e ao País dispensa comentários. Faltava-lhe, ainda, o reconhecimento por seu esforço consciencioso para não poluir o ambiente.

Já tivemos oportunidade de ouvir explicações dadas pelos oradores que nos precederam sobre a dimensão e relevância das atividades de nossa dinâmica cimenteira. Resta-nos, agora, endossar a iniciativa do nobre colega Deputado Marcelo Gonçalves e parabenizar nossa homenageada, em nome da Assembléia Legislativa.

Nossas felicitações, Holdercim, por sua louvável preocupação ecológica e por seu contributo à economia mineira. Parabéns, Pedro Leopoldo, por contar em seu município com a Unidade Ciminis do Grupo. E parabéns a todos os que com a empresa colaboram, no momento em que este parlamento lhes formaliza sua admiração e apreço. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 4, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 121ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 4/12/2000

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Doutor Viana - Palavras do Sr. Antônio Paulo Espeleta - Palavras do Sr. Pedro de Paiva - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Deputados Anderson Aduino - Dilzon Melo - Gil Pereira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Rêmolo Aloise - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Aílton Vilela, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Pedro de Paiva, representando o Presidente da LBV, Sr. José de Paiva Netto; Sargento Daniel Ferreira da Silva, representando o 2º Batalhão de Bombeiros de Contagem; Antônio Paulo Espeleta, Superintendente de Promoção Social da LBV; e o Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a Legião da Boa Vontade - LBV - pelo transcurso de seu cinquentenário de fundação.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Doutor Viana

Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente desta reunião; Ilmos. Srs. Pedro de Paiva, Sargento Daniel Ferreira da Silva, Antônio Paulo Espeleta, demais Deputados e autoridades presentes, imprensa, meus senhores, minhas senhoras, crianças, de todas as qualidades do ser humano, a solidariedade é a mais essencial, pois dela provêm várias outras, imprescindíveis à convivência social.

No mundo eminentemente competitivo em que vivemos, a injustiça social toma contornos alarmantes, aprofundando as desigualdades, fazendo acentuar a fome e a miséria.

É preciso tocar a sensibilidade das pessoas, para que ajudem o semelhante, de modo a atenuar os efeitos desse desnível, que faz sofrer enorme contingente de pessoas. Trata-se de tarefa árdua, que demanda persistência e idealismo. Eis a missão de um grupo de pessoas abnegadas, lideradas por José de Paiva Netto, que, há 50 anos, quase 51, volta-se para os irmãos carentes, buscando doações que são integralmente destinadas a essa causa humanitária.

Fundada em 1º/1/50, pelo jornalista, radialista e poeta Alziro Zarur, a LBV é uma organização sem fins lucrativos, ecumênica, destinada a prestar serviços dentro do lema "Educação e Cultura, Saúde e Trabalho com espiritualidade".

Com 552 seções de atendimento no Brasil, algumas das quais em Minas, a LBV estendeu sua atuação também a outros países, como Portugal, os Estados Unidos, a Argentina, o

Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, com correspondentes em praticamente todo o mundo. Mantém a Ronda da Caridade, que ampara os que vivem nas ruas, procurando encaminhá-los para uma vida melhor.

Envolvendo sempre a comunidade, a LBV realiza campanhas em favor da ecologia, contra as drogas, o aborto, a pena de morte, o racismo, a violência nos esportes e no trânsito.

Alziro Zarur, homem altruísta, líder nato, encontrou em Paiva Netto o amigo leal, o paladino da luta que os uniu, a ele confiando a continuidade dessas ações pela valorização do homem.

Paiva Netto comemorou, em junho último, 44 anos de presença ativa na instituição, na qual ingressou apenas com 15 anos de idade.

Graças ao seu dinamismo e visão de futuro, Paiva Netto, que é jornalista, radialista, escritor e compositor, tem como preocupação maior expandir, em âmbito mundial, a filosofia empreendedora da obra, o que valeu à LBV o reconhecimento, em caráter oficial, pela ONU, tendo recebido o "status" máximo do Conselho Social e Econômico da ONU, no grau consultivo geral, com direito a participar de todas as reuniões desse Conselho.

Premiada internacionalmente, a LBV recebeu, por dois anos consecutivos, o Prêmio Qualidade Brasil Total, o Prêmio Bem Eficiente e, em nosso Estado, o 8º Prêmio MG Turismo. Paiva Netto é cidadão honorário de Minas Gerais e de Belo Horizonte, um reconhecimento à expressiva atuação da LBV na promoção social da gente mineira.

Belo Horizonte se prepara para o maior evento ecumênico de sua história, qual seja o Congresso Viva Jesus, a ser realizado no próximo dia 23, no Ginásio do Mineirinho, celebrando os dois mil anos do Cristianismo, ocasião em que será feita uma prece ecumênica, pedindo a paz para o novo milênio.

Esse evento marcará a culminância da campanha "Natal sem Miséria - Só pra Contrariar a Fome", por meio da qual a LBV deverá recolher, em todo o País, cerca de 1.200.000kg de alimentos, a serem distribuídos à população carente de Belo Horizonte e de Salto da Divisa, situada na região do vale do Jequitinhonha. Minas Gerais tem, pois, com a LBV um dever de gratidão, que essa homenagem procura traduzir.

É grande a satisfação do povo mineiro em receber nesta Casa a LBV e manifestar a admiração pelo magnífico trabalho e o agradecimento por tudo o que vem realizando.

Sinto-me honrado em expressar essa gratidão, que o Legislativo aprovou por unanimidade, a meu requerimento, e ressaltar o exemplo de solidariedade e ação social da LBV.

Peço ao Dr. Pedro Paiva, que representa, nesta solenidade, o ilustre Presidente Paiva Netto, que faça chegar a ele o nosso aplauso e o encorajamento para a trajetória de reeducação dos povos, pela formação do cidadão ecumênico, voltado para a solidariedade social.

Receba, Dr. Pedro Paiva, a admiração do povo mineiro também pelo seu desempenho nessa missão de construir um mundo de paz.

Quero destacar também a competência do Dr. Sérgio Paiva e sua equipe, na condução dos objetivos da LBV em Minas, desempenhando com dedicação incomparável as funções de coordenação das numerosas campanhas da instituição.

Que a cada dia se renovem as forças desses idealistas liderados por Paiva Netto, para que acumulem por muitos anos as conquistas celebradas nestes 50 anos de trabalho!

Que a esperança torne cada vez mais elevadas as metas da LBV, com a determinação de quem acredita na vida, no amor e no trabalho, na certeza das sábias palavras de Paiva Netto: "Todas as vitórias estão decididamente ao nosso alcance, pela força de nosso trabalho"! Muito obrigado.

Palavras do Sr. Antônio Paulo Espeleta

Srs. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente desta reunião; Dr. Pedro Paiva, representando o Sr. José de Paiva Neto, Presidente da LBV; Sargento Daniel Ferreira da Silva, representando o 2º Batalhão de Bombeiros de Contagem; Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; senhoras e senhores; legionários, simpatizantes da LBV, boa-noite. Boa-noite também a todos os presentes a esta solenidade, que, com certeza, ficará marcada em nossos corações. Em primeiro lugar, a nossa saudação a esta Casa, a seus dirigentes e funcionários, que, nesta data, homenageiam os 50 anos de existência da LBV.

O Coral Ecumênico da LBV vai apresentar a música "Amigos", de autoria do compositor Paiva Neto.

- Procede-se à apresentação do coral.

O Sr. Antônio Paulo Espeleta - A Legião da Boa Vontade nasceu para amar e ser amada, como diz o seu Diretor-Presidente, José de Paiva Netto, à frente da instituição desde 1979. A LBV comemorou 50 anos, e a sua existência é sempre marcada pela presença da espiritualidade. É a primeira entidade genuinamente brasileira reconhecida em caráter oficial pela ONU. A LBV recebeu o "status" máximo do Conselho Social e Econômico da ONU, no grau consultivo geral, tendo direito a participar de todas as reuniões desse Conselho.

- Procede-se à projeção de eslaides.

No Brasil, a LBV presta anualmente mais de 4 milhões de atendimentos à população. Em 2000, a meta é de 4.500.000 atendimentos.

A seriedade e o profissionalismo da instituição, bem como os benefícios por ela gerados, são reconhecidos por personalidades brasileiras e estrangeiras. Entre as muitas homenagens importantes recebidas pela LBV e pelo seu Diretor-Presidente, José de Paiva Netto, destacam-se, por dois anos consecutivos, o Prêmio Qualidade Brasil Total, da International Exporter's Service, e o prêmio Qualidade América do Sul, da Associação Brasileira de Incentivo à Qualidade, reconhecendo o valor qualitativo da instituição na área da promoção humana e social.

Em 1998, a LBV recebeu o Prêmio Bem Eficiente, da Kanitz & Associados, cujo objetivo é reconhecer publicamente as instituições sociais que demonstram trabalho e desempenho nas suas áreas de atuação, dentro de uma estrutura profissional competente e operando com custos administrativos reduzidos e transparência diante de doadores e auditoria externa. A LBV conquistou o Prêmio Melhores Equipes de Voluntários de 1998 e de 1999, também concedido pela Kanitz & Associados. Dentre outras premiações e homenagens recebidas pela LBV, destaca-se o 8º Prêmio MG Turismo, proposto pelo jornalista Antônio Claret Guerra, do jornal "MG Turismo". Afirma Paiva Netto, que é Cidadão Honorário de Belo Horizonte e de Minas Gerais: "A LBV está sempre de mãos dadas com a comunidade, pois o caminho da LBV é a Paz".

A instituição forma os profissionais de amanhã. São muitos os cursos profissionalizantes oferecidos à população, sendo que, só em 1999, foram capacitados profissionalmente mais de 100 mil alunos. São cursos de informática (inclusive para deficientes visuais), secretariado, corte e costura, crochê e bordado, marcenaria, agricultura, pecuária, serigrafia, culinária, línguas e tantos outros de uma lista extensa.

As seções de atendimento da LBV prestam serviços gratuitos às comunidades de baixa renda. A LBV possui ainda lares para crianças e idosos, além da Ronda da Caridade, programa emergencial que socorre moradores de rua e de comunidades carentes, com o objetivo de reintegrá-los ao convívio social. A instituição realiza também centenas de atividades educacionais antidrogas e antiviolença, a favor da vida e da preservação da natureza, em escolas, nos esportes e no trânsito. Seus programas pró-saúde são

sistematicamente aplicados como forma de conscientização social da necessidade de se preservarem a infância e a juventude.

A LBV torna o cidadão ecumênico e, para isso, promove regularmente jornadas pedagógicas, nas quais se reúnem grandes profissionais e competentes educadores para trocar idéias sobre a importância da educação. Os Centros de Ensino da LBV têm a missão de ministrar a pedagogia da solidariedade, a pedagogia do cidadão ecumênico, que muitos educadores já denominaram de pedagogia de Deus ou pedagogia de Jesus. E para quem não concluiu os estudos, há na LBV os cursos supletivos e o Telecurso 2000, fruto de parceria firmada com a Fundação Roberto Marinho e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.

O ecumenismo é uma bandeira da instituição, desde o seu nascimento. O Sistema LBV Mundial de Rádio e Televisão transmite à população mensagens ecumênicas para o bem-estar espiritual e moral do ser humano, sem preconceitos de raça, condição social, religião ou ideologia. A LBV pratica a política de Deus, que respeita e eleva as criaturas.

Publicações como os "best-sellers" "As Profecias sem Mistério", "Somos Todos Profetas" e "Apocalipse sem Medo", de Paiva Netto, colunas semanais nos principais jornais do País e as revistas "Jesus Está Chegando", "Elevação", Revista "LBV" e "Geração 2000" - esta dirigida para crianças - contribuem para sedimentar mensagens educativas da LBV na sociedade.

Duas das mais importantes obras idealizadas e construídas por Paiva Netto são o Templo da Boa Vontade - TBV - e o Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica - ParlaMundi, em Brasília, DF. O primeiro foi inaugurado em 21/10/89, data em que se comemora o Dia do Ecumenismo, instituído no Distrito Federal justamente em homenagem ao Templo da LBV. É o monumento mais visitado da Capital Federal, segundo dados da Secretaria de Turismo do Distrito Federal. Na década de 90, cerca de 10 milhões de peregrinos e turistas de todos os pontos do Brasil e do exterior já visitaram suas dependências. Já o ParlaMundi está em funcionamento desde 31/12/94, sendo considerado um dos maiores centros de convenções da cidade.

Os espaços ecumênicos da LBV em todo o País acolhem pessoas que vêm em busca de uma palavra de conforto e de esclarecimento espiritual. A LBV considera-se aliada de todos os movimentos religiosos e filosóficos que se dedicam à valorização da vida e à espiritualidade.

Belo Horizonte se prepara para o maior evento Ecumênico da sua história. O Congresso Viva Jesus, promovido pela LBV, será realizado no dia 23 de dezembro, no Ginásio do Mineirinho, celebrando 2000 anos de cristianismo.

Nesta Casa do povo, gostaríamos de convidar justamente ele, o povo, juntamente com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade, como religiosos, educadores, artistas e líderes comunitários, a participar desse congresso.

A programação, que terá início às 17 horas, inclui apresentações musicais, com destaque para o grupo Só pra Contrariar, de Alexandre Pires, e ainda a presença dos atores Guilherme Karan, Leila Lopes e Paulo Figueiredo, da Rede Globo.

O momento mais aguardado será às 18 horas, quando o jornalista Paiva Netto, líder da LBV, reunirá-se com todos os presentes para a realização de uma prece ecumênica, pedindo paz para o novo milênio.

Belo Horizonte foi escolhida como sede do evento porque, na ocasião, será lançada uma campanha de mobilização popular para a ampliação do Centro Comunitário e Educacional da cidade, que hoje já atende a milhares de pessoas das classes menos favorecidas.

Vou pedir atenção para a exibição do vídeo que divulgará a construção desse novo prédio social da LBV, com o título "Crianças Correm".

- Procede-se à exibição de vídeo.

Outro ponto a observar é que o ingresso será um quilo de alimento não perecível, marcando o auge da Campanha Natal sem Miséria - Só pra Contrariar a Fome, por meio da qual a LBV deverá recolher, em todo o País, cerca de 1.200.000kg de alimentos. O montante arrecadado no Mineirinho será destinado à população carente da grande Belo Horizonte e de Salto da Divisa, situada na região do vale do Jequitinhonha.

Fica, portanto, registrado, mais uma vez, o convite da LBV para participação nessa grande festa, no próximo dia 23. Agora exibiremos o VT do vídeo do Congresso.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Muito obrigado.

Palavras do Sr. Pedro de Paiva

Sr. Presidente, autoridades presentes, Deputado Doutor Viana, amigos irmãos do Corpo de Bombeiros, cujo trabalho parece com o da LBV, que é salvar vidas, como agradecer essa homenagem, feita de forma unânime à LBV, por esta Casa que representa o povo de Minas Gerais? Penso que a melhor forma seria os senhores mesmos, que são o povo, aplaudirem essa homenagem, erguendo, o mais alto possível, as bandeiras da LBV e do Brasil, essas duas bandeiras que hão de transformar o mundo, que hão de conquistar o mundo pelo caminho do amor.

Vendo-os fazer isso lembro-me de 1983. Era o dia 16 de julho. Aqui em Belo Horizonte, num congresso, milhares e milhares de pessoas levantavam as bandeiras do Brasil e da LBV, na esperança e na certeza de que esse era o caminho da construção de um Brasil melhor e de uma humanidade mais feliz.

Naquele momento, meu pai pediu que tocassem o "Poema do Brasileiro", de Alzira Zarur. E acompanhando aquela melodia maravilhosa, as pessoas levantavam cada vez mais a bandeira do Brasil. E milhares de pessoas que também estavam ouvindo pela Rede da Boa Vontade e pela rede de emissoras de rádio que existia em nosso País soltavam seu coração e acreditavam realmente ser esse o caminho. Quantos anos se passaram! E estamos hoje aqui, nesta linda solenidade, em que, por unanimidade, a LBV está sendo homenageada.

Vejo uma faixa com os dizeres "A história do Brasil passa por Minas Gerais". Essa frase antológica de meu pai, pronunciada em Uberaba em dezembro de 1982, mostra que a LBV já foi julgada e aprovada pelo povo, principalmente o de Minas. E posso falar desse povo de Minas, porque minha mãe é mineira, de Ubá. Muitos dos importantíssimos passos que a LBV deu na sua história foram iniciados aqui, e todos foram vitoriosos.

"Minas é um estado de espírito neste País" é outra faixa que está ali e que vibra com o povo desta cidade. (- Palmas.) Coincidentemente, trouxe uma proclamação feita em Uberlândia, em 24/12/83, exatamente por causa da frase. É uma proclamação que acaba sendo profecia, feita por meu pai.

"O Brasil tem uma grande missão a cumprir neste fim de ciclo, que depende fundamentalmente do progresso da LBV mundial" - disse ele. E explicou: "Não há nada na terra que valha a consciência tranqüila e a satisfação do dever cumprido. O dinheiro acaba. As mulheres e os homens morrem, deixando saudades. Um terremoto destrói os imóveis. A saúde pode findar, mas a consciência tranqüila e a certeza do dever cumprido nos acompanharão sempre, mesmo depois da morte do corpo físico. Posso dizer-lhes isso porque tenho dado o exemplo e jamais o deixarei de fazer.

Como legionário, não sou de morrer na praia. Meu pai fez esta promessa em 24/12/83: "Prometo que o Brasil e o mundo inteiro virão um dia, como já vem acontecendo em nosso

Pais, dado o belo trabalho solidário de todos nós, a reconhecer o valor da doutrina da LBV, a redenção total dos sofredores. A LBV será reconhecida em todo o planeta, porque é uma obra de Deus". (- Palmas.)

Esta homenagem, na Casa do povo mineiro - e diz o ditado popular que a palavra do povo é a palavra de Deus -, comprova isso, realmente é uma obra divina.

Entrando na sintonia do Congresso Viva Jesus, no dia 23 de dezembro, enxergamos que, quando as atitudes são feitas por amor e quando cumprimos realmente o mandamento de Jesus - "Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei" -, o resultado é sempre positivo, e o caminho é sempre vitorioso. Em Uberlândia, milhares de pessoas levantavam a bandeira do Brasil, cantando o "Poema do Brasileiro". É o tratado de unificação do povo brasileiro. Peça que nos acompanhem exatamente com o "Poema do Brasileiro". Poderão ler a letra no telão e ver que o caminho da LBV é a paz.

O "Poema do Brasileiro", de Alziro Zarur, não é uma apologia ao passado, mas devemos sempre fazer aquilo que dá certo. Em 1982 acreditaram na palavra de José de Paiva Netto, mesmo porque ele sempre seguiu e acreditou naquilo que falou e sempre cumpriu o que falou, porque acreditamos que a fé remove montanhas. Acreditamos que Jesus é nossa couraça, é nossa força, é nossa energia, é nossa alegria e é nossa segurança. E o resultado está aí: o crescimento da LBV, milhares de pessoas sendo ajudadas, milhares de almas que compreendem que dentro delas mesmas está o templo do Deus vivo, que é o amor.

Vamos ao "Poema do Brasileiro", e peça que levantem as bandeiras com muita vontade, o mais alto possível, para que aqueles que vão ver essa cena sintam que o Brasil tem jeito, que o Brasil ainda iluminará a humanidade.

- Procede-se à apresentação de poema.

Com este ideal, Brasil, vou transformar-te. Hei de fazer de ti uma obra de arte, grande, perfeito e indissolúvel.

Se permitirem, trouxe uma página, nascida do coração de meu pai, para esta ocasião. Antes, gostaria de agradecer a presença da Deputada Elaine Matozinhos. Ela vê na LBV tudo aquilo que o Brasil precisa: muita oração, fé, crença na solução de seus problemas pela paz.

Escreveu meu pai: "Preparando a volta de Jesus à Terra. Escrevo esta página, brotada do coração, num momento de grande alegria, por sentir e observar o extraordinário impulso tomado pela LBV nos últimos anos. É o extravasamento da profunda gratidão que nutrimos por tantos seres humanos e espirituais de boa vontade que nos têm auxiliado nessa marcha batida, rumo à materialização, na Terra, das condições ideais para que se dê o fato de maior importância de todos os tempos: a volta triunfal do Cristo de Deus a este Planeta.

Meus queridos irmãos e cristãos do novo mandamento de Jesus, legionários da boa vontade de Deus, filhos espirituais do meu coração, a todos envolvo com o amor do novo mandamento do Cristo: 'Novo mandamento vos dou: Amai-vos como eu vos amei/ Somente assim podereis ser conhecidos como meus discípulos. Ninguém tem maior amor do que este: dar a própria vida pelos amigos'. É a lei da solidariedade universal.

Na heróica seara da Legião da Boa-Vontade realizemos o bem, rogando ao Pai Celestial que nos esclareça, ilumine e abençoe sempre.

Saúdo-vos com o amor da religião divina, que pela suprema misericórdia que governa os mundos só nos permite, para glória nossa, caminhar para o regaço de Deus. Louvado seja tão extraordinário destino.

Só o benefício que fizemos é luz para o infinito, livrando-nos da terrível noite que se aproxima da humanidade. Por isso, a ordem do Cristo é entendimento fraterno. Com o coração transbordante de amor, indistintamente, por todos vós, deixo escapar de minha alma essas palavras, suplicando a Nosso Senhor Jesus Cristo que leveis todo o bem que desejo. A vida nada vale se não for amada no amor que acendemos no íntimo espiritual de cada um de nós.

Meus irmãos, a religião do amor universal que a LBV prega merece todo o amor, a admiração e o respeito, pelo amor, pela admiração e pelo respeito que tem por todos nós. Reproduz, no microcosmo que é a Terra, a lei divina, cuja ambiência une, no macrocosmo que é o universo, os excelsos cristos planetários, ou seja, a divina solidariedade. Corporifica aqui o que lá é comum.

Por isso, estando entre vós, não me canso de falar da lei universal de Deus, que mantém unidos em vida eterna todos os corpos celestes que formam os bilhões de bilhões de galáxias que agasalham humanidades visíveis e invisíveis: a divina solidariedade. Trata-se de um sentimento tão poderoso que os verdadeiros cristãos do novo mandamento, por meio dele, mantiveram-se coesos durante dois milênios, mesmo que anonimamente, encontrando em Pedro, o apóstolo, o maior veículo de conciliação.

Ela é o amor do mandamento novo de Jesus, que ensina ao ser humano o segredo da civilização que não oprime homens, povos, nações e mundos. Reciprocidade - "Fazei ao próximo o que quereis que vos façam" (Evangelho do Cristo, segundo Mateus).

O mal de alguns legisladores é desconhecer que a lei, para ser perfeita e eterna, deve ser escrita com as tintas da generosidade de Deus na alma de cada cidadão. Com tamanha ignorância espiritual, nada mais fazem do que tanger a humanidade para a morte coletiva.

Deus é tão generoso que criou o Universo, para que nele possamos habitar. E mais: oferece-nos as condições para que, incessantemente evoluindo, usufruamos de suas inigualáveis benesses.

A Infra-estrutura espiritual está montada.

Cristãos do novo mandamento de Jesus e legionários de Deus, senhoras e senhores, toda essa força poderosa que ilumina, liberta e impulsiona a criação universal está a serviço do pequenino homem, que, podendo ser livre, tem preferido ser escravo.

Sabei que todo esse poder também está à disposição da LBV mundial. Contudo, necessário se faz que - do fundo da vossa alma e na expressão do vosso trabalho - desejeis que atue sobre vós e por intermédio de vós para benefício da humanidade.

Jesus jamais proferiu palavras vãs. E afirmou: "Tudo o que pedirdes ao Pai em meu nome Ele vos concederá". Tereis sabido pedir? Chegou a hora de o demonstrardes.

Sois os seres mais ricos da Terra, e muitos de vós ainda não o percebestes em toda a magnitude, mas, breve, não tereis outra condição a não ser a de saber e reconhecer, para a vossa própria felicidade, tão grandioso fato. Sois os seres mais ricos da Terra, e muitos de vós ainda não o percebestes em toda a magnitude.

Amigos espirituais anseiam ajudar-vos sempre. Não os desprezeis. Eles formam o mundo ainda invisível aos vossos olhos materiais. Estão vivos, e bem vivos, trabalhando e torcendo pelo sucesso do divino planejamento na Terra. Eles estão atentos e aguardam de nós que tenhamos boa vontade. Bem nos diz o saudoso Dr. Osmar Carvalho e Silva: nosso trabalho depende da dedicação de vocês, mas o sucesso depende de nosso apoio.

Fazei a vossa parte, cristãos do novo mandamento e legionários da boa vontade de Jesus! Cumpri o vosso compromisso. E os quatro Arcanjos, Gabriel, Miguel, Rafael e Faniel, cantarão a vossa glória, naquele extraordinário dia da volta de Jesus.

Ele disse: "Eu voltarei!", e, portanto, voltará. Cristãos do novo mandamento e legionários da boa vontade, soldados de Deus, uma grande noite se anuncia sobre a Terra. É que os seres humanos têm por todas as formas procurado apagar a claridade que brilha dentro deles mesmos.

Na LBV mundial, vive um astro que não se apaga: o sol da caridade - Jesus. Jamais deveis esquecer que a solução de nossos problemas, incluídos os de ordem pessoal e os financeiros, encontra-se no mundo espiritual, de onde Jesus nos governa. Ele disse em seu Evangelho, segundo Mateus: "Procurai primeiramente o Reino de Deus e sua justiça, e todas as coisas materiais vos serão acrescentadas".

Isso significa dizer também que nunca deveis deixar de trabalhar. A fé nos fortalece, mas o trabalho nos realiza. Daí a fé realizante, proclamada a tantos anos pela LBV mundial. Jesus nos governa. E nos adverte: "Orai e Vigiai".

Nessa carta, meu pai pôs também um segredo. No momentos mais difíceis, ele o pratica. Eis o seu segredo: Jesus, o Cristo, que desce dos céus. Para Ele, meu Senhor Jesus, o Cristo que desce dos céus, apelo nas horas de agonia. E dEle jamais recebi como resposta o desprezo. Pelo contrário. Entretanto, é necessário que saibamos compreender e aceitar a sua santa vontade, infinitamente mais sábia, portanto, mais prática que a nossa.

Quem confia em Jesus não perde seu tempo. Segui seu exemplo. E, não muito mais tarde, conforme o vosso merecimento, não conhecereis mais a dor. Portanto, orai e vigiai. Isto é, orai e trabalhai, porque cérebro desocupado é oficina de Satanás.

Solicitando a Jesus permissão para vos abençoar, faço-o com a humildade de um operário de Deus. Amo-vos, com pureza e força de alma. Adiante, todos e com o Cristo. Seguros estamos na divina segurança das seguras mãos de Jesus.

Dizia Zarur: "Não há segurança fora de Deus" e "Em qualquer circunstância, pensemos logo em Jesus".

Juntemos as nossas experiências. Não temamos o crescimento e o progresso de nossos irmãos. O sucesso de um é de todos, e de todos é de um. Somos uma Nação e uma Pátria. O nosso dever é formar um só rebanho para um só pastor. Ninguém é maior que ninguém. Todos somos filhos do mesmo Pai Celestial. Ele, sim, é o maior e o melhor de todos. E, por sermos seus filhos, sejamos aplicados no bem. A missão do Brasil não é conquistar o mundo, mas iluminá-lo pela força do amor. A ordem do Cristo é esta: o entendimento, porque o milagre que Deus espera é o dos homens: que aprendam a amar-se. A LBV tem feito a sua parte. O seu caminho é a paz. Viva Jesus! Aquele que os ama, José de Paiva Netto, servidor dos amigos de Deus.

Neste ambiente de paz e de gratidão, pediria ao coral que cantasse a "Prece para Ter Tranquilidade". Antes, gostaria de lê-la. Ela é o mantra do bem e do amor. Contra essa onda de violência e contra o que falam que está perdido, apenas o amor é o antídoto. "Prece para Ter Tranquilidade". Só Jesus salva. DEle, a paz virá para o coração que quer o seu perdão. Vem, ó Mestre, a nós. Não nos deixe sós. Tudo é sempre dor sem o teu amor." Obrigado. Vamos pensar em nossos entes queridos, naqueles que nos acompanham aqui e naqueles que são os nossos anjos da guarda. Agradecemos a todos por essa homenagem. Viva Jesus! Peça ao coral que cante a "Prece para Ter Tranquilidade".

- Procede-se à apresentação do coral.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - Neste momento, como homenagem da Assembléia Legislativa à Legião da Boa Vontade, passaremos à entrega da placa comemorativa, prova do reconhecimento do povo mineiro, ao Sr. Pedro Paiva, representando, neste evento, o Dr. Paiva Neto. Convido o ilustre Deputado Doutor Viana para proceder a esta homenagem. (- Lê:)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento ao extraordinário alcance da obra filantrópica desenvolvida pela Legião da Boa Vontade - LBV - presta-lhe homenagem ao ensejo de seu cinquentenário de fundação. Belo Horizonte, 4 de dezembro de 2000. Deputado Anderson Adauto, Presidente."

- Procede-se à entrega da placa comemorativa.

Palavras do Sr. Presidente

Reeducar o homem para a formação do cidadão ecumênico, como forma de ilustrar a solidariedade social por meio de ações comunitárias eficazes, difundindo os valores da espiritualidade ecumênica, eis a missão a que se propôs, 50 anos atrás, a Legião da Boa Vontade, que aí está, atuante e atual, tendo à frente este extraordinário benemérito que é o Dr. José de Paiva Netto, neste momento representado por Pedro Paiva.

Nosso companheiro Deputado Doutor Viana, em demonstração de sensibilidade e alto espírito público, foi o autor da iniciativa que deu origem à reunião especial desta noite. Por suas palavras, bem como pelos oradores que nos precederam, tivemos a oportunidade de ouvir falar sobre a magnífica obra desenvolvida pela LBV. Pedimos vênias para acrescentar algumas palavras em nome da Presidência da Casa.

Sabemos que entre a genuína filantropia e o mero paternalismo existe uma linha divisória. Os antigos já nos lembravam que mais vale ensinar o homem a pescar que lhe dar um peixe para comer. Esse é o espírito que norteia as atividades de nossa homenageada: ao amparar as crianças e os jovens, não lhes proporciona apenas assistência imediata, mas também formação para enfrentar um futuro digno.

Em um país com enormes carências na área social, como é o Brasil, a situação seria inegavelmente mais crítica se não contássemos com entidades do porte da LBV. A organização se transformou, nestas cinco décadas, em sinônimo de apoio à educação, à cultura, à saúde e ao trabalho com espiritualidade. O raio de alcance da obra – que conta com mais de 500 centros de atendimento em todo o Brasil – hoje extrapola as fronteiras nacionais, espalhando sua ação benfazeja por países como os Estados Unidos, Portugal, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. É o Brasil dando ao mundo lições de benemerência.

Um aspecto da atuação da LBV que nos parece relevante é que ela envolve toda a comunidade. Contribui, assim, para despertar os sentimentos de solidariedade e de cidadania. Não estabelece, simplesmente, uma relação bilateral entre benfeitor único e beneficiários específicos.

Se fôssemos estender-nos, correríamos o risco de incorrer em repetição, porque a Legião da Boa Vontade é um nome que fala por si. Terminamos, portanto, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, cumprimentando nossa homenageada por este meio século de louváveis realizações. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 5, às 10 horas e às 19h30min, nos termos dos editais de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 5/12/2000.) Levanta-se a reunião.

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Edson Rezende - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rogério Correia - Wanderley Ávila.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 206ª reunião ordinária, EM 14/12/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 23, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 57ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 14/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.152/2000, do Deputado Mauri Torres; 1.200/2000, do Deputado Geraldo Rezende; 1.269/2000, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.283/2000, do Deputado Adelino de Carvalho; 1.291/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.292 e 1.293/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Emenda de 2º turno, apresentada em Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.167/2000, do Deputado Fábio Avelar; 1.274/2000, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.275/2000, do Deputado Fábio Avelar; 1.281/2000, do Deputado Ivair Nogueira; 1.282/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.284/2000, do Deputado Ermano Batista; 1.285/2000, do Deputado João Pinto Ribeiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 14 de dezembro de 2000, destinada a primeira à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre investidura em cargos e empregos públicos; 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que integra os servidores policiais civis bacharéis em Direito que exercem a função de Delegado Especial da Polícia ao Quadro Efetivo de Delegado de Carreira, assegurando-lhes o direito à promoção por merecimento e antigüidade; 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado; 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado; 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos aos arts. 16 e 199 da Constituição do Estado; e 31/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o § 3º ao art. 163 da Constituição do Estado; do Projeto de Resolução nº 754/99, do Deputado Luiz Tadeu Leite, que aprova acordo celebrado entre os Municípios de Juvenília e Montalvânia para modificação de limite territorial; dos Projetos de Lei Complementar nºs 21/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado de Minas Gerais; e 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75; e dos Projetos de Lei nºs 451/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre o controle de organismos geneticamente modificados no Estado de Minas Gerais; 899/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências; 1.011/2000, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do recolhimento do ICMS sobre o abate e a industrialização de carne de animais no Estado; 1.024/2000, do Deputado Fábio Avelar, que estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais afixarem a limitação ao recebimento de cheques e dá outras providências; 1.050/2000, do Deputado Ivo José, que cria o Programa de Incentivo à Apicultura do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.093/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre a divulgação anual dos nomes das pessoas que se destacaram no descumprimento do Código de Defesa do Consumidor; 1.105/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimentos destinados à produção ou manipulação de alimentos destinados à venda no comércio, elaborados no Estado de Minas Gerais por produtores artesanais ou de agricultura; 1.137/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às Pessoas Portadoras de Traço Falciforme e de Anemia Falciforme e dá outras providências; 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2º da Lei Estadual nº 12.644, de 17/10/97; 545/99, da Comissão de Direitos Humanos, que determina o pagamento de indenização à vítima de crime de tortura praticada por agente do Estado; 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências; 838/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários e dá outras providências; 901/2000, dos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado; 984/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS-; 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a divulgação da relação de obras contratadas pelos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado e dá outras providências; 1.198/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar área industrial localizada no Município de Arceburgo para o fim que menciona; 997/2000, do Deputado Anderson Adatao, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e dá outras providências; 1.092/2000, do Deputado José Henrique, que altera o topônimo do Município de Itabirinha de Mantena; e 1.165/2000, da Bancada do PT, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEI; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de dezembro de 2000.

Anderson Adatao, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Emendas, Apresentadas em Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cristiano Canêdo, Mauro Lobo, Antônio Júlio e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/12/2000, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2000.

Benê Guedes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmolio Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/12/2000, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em 1º turno, as Mensagens nºs 19/99 e 109/2000, do Governador do Estado; os Projetos de Lei nºs 47/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.005/2000, do Deputado Carlos Pimenta; 1.230/2000, do Deputado Agostinho Silveira; e em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.011/2000, do Deputado Paulo Piau, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Alberto Bejani, João Batista de Oliveira e Ronaldo Canabrava, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/12/2000, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, Deputado Ronaldo Canabrava, sobre emenda de 2º turno apresentada em Plenário.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2000.

Ermanno Batista, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Altera disposições da Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os dispositivos a seguir indicados da Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º -

I - do contribuinte compulsório, no valor mínimo de onze por cento do estipêndio;

II - do Poder Legislativo, no valor mínimo de vinte e dois por cento do estipêndio de contribuição de cada Deputado;

III - do aposentado, do pensionista e dos demais beneficiários, no valor mínimo de onze por cento dos benefícios respectivos;

IV - do contribuinte facultativo, nos valores fixados nos termos dos incisos I e II e composta a reserva técnica atuarial exigível;

V - do pensionista complementar, benefício referido no art. 4º da Lei Complementar nº 52, de 25 de novembro de 1999, no valor mínimo de percentuais referidos no art. 8º do referido dispositivo legal.

§ 1º - O IPLEMG, anualmente, promoverá estudos técnicos, no início de cada sessão legislativa, e, com base no laudo específico, após aprovação de seu Conselho Deliberativo, proporá à Assembléia Legislativa a compatibilização de sua realidade atuarial, fazendo constarem em seu orçamento os valores exigíveis, visando a equiparação de suas reservas às normas atuariais, em cumprimento ao inciso XXXVI do art. 62 da Constituição do Estado e ao art. 195 da Constituição da República.

§ 2º - As obrigações do IPLEMG para com seus aposentados, pensionistas e demais beneficiários obedecerão ao estabelecido no art. 24 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 - LRF."

"Art. 23 -

X - a contribuição sobre o valor da aposentadoria, pensão e pecúlio concedidos pelo IPLEMG a seus aposentados, pensionistas e beneficiários;".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Mesa da Assembléia

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembléia para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 79, inciso VIII, alínea "a", do Regimento Interno.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 962/2000

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Amílcar Martins, o projeto de lei em exame declara o pintor Inimá de Paula patrono das artes plásticas do Estado.

Apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice de natureza jurídica, constitucional e legal a sua tramitação, vem a proposição a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, VI, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Reconhecido como um dos principais nomes das artes mineiras contemporâneas, Inimá de Paula rompeu as fronteiras do Estado, consagrando-se como um dos maiores paisagistas do País.

Juntamente com Antônio Bandeira, Mário Barette e Aldemir Martins, Inimá participou do Movimento Modernista de Fortaleza, na década de 40; em 1945 transferiu-se para o Rio de Janeiro e veio para Belo Horizonte em 1963.

Reconhecido e laureado por diversas vezes, o pintor recebeu, entre outros, o primeiro prêmio do IV Salão de Abril do Ceará, a Medalha de Ouro do IV Salão Cearense de Artes Plásticas, o primeiro prêmio na First Inter American Cultural and Artistic Competition, em Nova Iorque (1959), tendo sido também escolhido, juntamente com Manabu Mabe, Caribé, Aldemir Martins, Clóvis Graciano e Fukushina, membro fundador vitalício do Salão de Belas Artes Brasil/Japão, em 1973.

Para não nos estendermos mais, arrolando todos os eventos em que sua obra esteve presente, cumpre destacar que Inimá participou de várias exposições coletivas no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, encontrando-se obras suas em diversos locais públicos, como o aeroporto de Confins, o Centro Cultural da UFMG, a Fundação Clóvis Salgado, a Escola Guignard e o Museu Mineiro.

Por sua presença marcante no panorama cultural mineiro, consideramos justa a homenagem que aqui se propõe ao pintor Inimá de Paula.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 962/2000 na forma proposta.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2000.

Sebastião Costa, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - João Paulo - Amilcar Martins.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.179/2000

Comissão de Saúde

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Sávio Souza Cruz, tem por objetivo dar a denominação de Ambulatório Maurício Becker ao serviço médico-ambulatorial do Hospital Júlia Kubitschek, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta. A seguir, foi encaminhada a esta Comissão para deliberação conclusiva em turno único, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto tem o objetivo de prestar justa homenagem ao Sr. Maurício de Faria Becker, recentemente falecido. Graduado pela UFMG, no ano de 1948, teve os méritos de seu serviço profissional reconhecidos pela Associação Médica de Minas Gerais, que lhe concedeu a medalha de 50 anos pelo exercício da medicina.

Ao longo de sua carreira, participou da fundação dos Hospitais João Penido, Eduardo de Menezes e Marques Lisboa, foi coordenador do programa de controle da tuberculose no Estado e exerceu ainda os cargos de Chefe de Clínica dos Hospitais Júlia Kubitschek e Israel Pinheiro, além de Médico-Perito e Superintendente do hospital do INSS.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.179/2000 nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2000.

Cristiano Canêdo, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.254/2000

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado João Paulo, dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas.

A proposição foi encaminhada, para estudo preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Vem agora a esta Comissão para receber parecer de 1º turno, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, VI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame pretende proibir o uso de telefones celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas.

Tais aparelhos representam, inegavelmente, um dos maiores avanços das telecomunicações. Sua popularização, a partir de meados dos anos 90, tornou-os acessíveis a um grande número de pessoas, nem sempre preparadas para utilizá-los adequadamente.

Assim, torna-se necessário o estabelecimento de algumas normas para que esse equipamento não venha a se tornar instrumento de desordem e até de conflito, quando usado inadequadamente. Um exemplo disso é o que se vê nos espaços públicos e em igrejas, teatros, escolas e outros recintos, em que o soar da campainha desse aparelho ocorre em momentos inconvenientes, perturbando e incomodando a maioria das pessoas.

Os usuários, muitas vezes, nem se dão conta de que estão desrespeitando o direito das outras pessoas, falando em alta voz ou deixando a campainha tocar mais tempo do que seria conveniente.

Medidas repressivas são necessárias, ao lado das de natureza educativa, para coibir esses abusos; nesse sentido, a proposição em apreço mostra-se oportuna.

Conclusão

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.254/2000, no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2000.

Sebastião Costa, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - João Paulo - Amilcar Martins.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 923/2000

Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Governador do Estado, tem por objetivo estabelecer o processo de produção da Cachaça de Minas.

Aprovado no 1º turno, na forma do Substitutivo nº2, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, vem, agora, a proposição a esta Comissão para receber o parecer de 2º turno.

Fundamentação

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em análise estabelece os procedimentos que deverão ser adotados para a produção da Cachaça de Minas. O projeto pretende aprimorar o programa Pró-Cachaça, visando a melhorar e a garantir a qualidade da aguardente de cana produzida no Estado.

A matéria foi discutida, inicialmente, em reuniões entre técnicos e produtores, no âmbito da Secretaria do Estado, quando foi elaborado o esboço do projeto em exame, que foi encaminhado a esta Casa pelo Governador do Estado.

Analisado primeiramente pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto recebeu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, tendo em vista que a matéria se inclui no âmbito da competência do Executivo, não havendo, portanto, vedação para que o Estado legisle sobre o assunto.

Posteriormente, quando encaminhado para a análise desta Comissão, realizaram-se algumas reuniões técnicas com representantes do Governo Estadual e das entidades de classe dos produtores de aguardentes de Minas, ocasiões em que foram sugeridas algumas alterações no projeto, a maioria delas de ordem técnica, originando-se daí o Substitutivo nº 1.

Em seguida, a proposição seguiu para a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que promoveu uma audiência pública, com a participação de diversos representantes tanto do poder público quanto da iniciativa privada, para discutir uma vez mais a matéria. Na oportunidade, os produtores sugeriram a nomenclatura e os conceitos a serem usados no projeto, buscando uma linguagem comum que pudesse ser facilmente identificada pelos fabricantes, comerciantes e consumidores dos variados tipos de cachaça produzidos no Estado. Desse criterioso trabalho resultou o Substitutivo nº 2, que foi aprovado no 1º turno.

Desta feita, o projeto retorna a esta Comissão, na forma do vencido, para receber parecer de 2º turno, oportunidade em que voltamos a salientar a relevância da matéria. Não foi sem razão que ele recebeu atenção especial de todas as comissões que o analisaram e, principalmente, desta Comissão. Em nosso entendimento, a regulamentação da produção da Cachaça de Minas colocará nosso produto no mesmo nível das principais bebidas destiladas do mundo, propiciando a abertura definitiva das portas do mundo globalizado para essa deliciosa bebida, o que representaria uma considerável fonte geradora de divisas para o Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 923/2000 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2000.

Fábio Avelar, Presidente - Ermano Batista, relator - Alberto Bejani.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 923/2000

Estabelece o padrão de identidade e as características do processo de elaboração da Cachaça de Minas e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Denomina-se Cachaça de Minas a bebida fermento-destilada com graduação alcoólica de 38% (trinta e oito por cento) a 54% (cinquenta e quatro por cento) v/v (volume por volume), à temperatura de 20º C (vinte graus Celsius), produzida no Estado, e:

I - fabricada em safras anuais, a partir de matéria-prima básica ou transformada;

II - processada de acordo com as características históricas e culturais de cada uma das regiões de Minas;

III - elaborada e engarrafada na origem.

Parágrafo único - As características físicas e químicas da Cachaça de Minas, obedecida a legislação federal pertinente, serão descritas na regulamentação desta lei.

Art. 2º - Para os fins desta lei, considera-se:

I - matéria-prima básica : a cana-de-açúcar colhida sem queima, de variedade tradicionalmente cultivada na região ou recomendada por instituição oficial de pesquisa ou de assistência técnica;

II - matéria-prima transformada : o produto obtido da reconstituição da rapadura ou do melado de cana, produzido a partir da matéria-prima básica;

III - safra: o ano da colheita da cana-de-açúcar, cuja inscrição é obrigatória no rótulo do produto.

Art. 3º - O processo de fermentação do mosto para a fabricação da Cachaça de Minas é exclusivamente natural.

Parágrafo único - O fermento a ser utilizado na transformação biológica da garapa em vinho destilável será:

I - fabricado com o caldo da cana-de-açúcar, acrescido de milho inteiro ou em forma de fubá, vedada a utilização de aditivo químico de qualquer natureza para acelerar ou reforçar a fermentação natural;

II - obtido a partir das cepas de microorganismos presentes nos próprios ingredientes descritos no inciso anterior e na região produtora, proibida a utilização de fermento industrializado prensado, conhecido por "fermento de padaria".

Art. 4º - A destilação do mosto fermentado somente poderá ser realizada em alambiques de cobre, providos de serpentina também de cobre, e deve acontecer no prazo de até quarenta e oito horas após a colheita da cana-de-açúcar.

Art. 5º - O produto destilado do mosto fermentado deve ser separado em três partes distintas, denominadas "cabeça", "coração" e "cauda" ou "água fraca":

§ 1º - A fração denominada "coração", a Cachaça de Minas propriamente dita, deve corresponder a, no máximo, 80% (oitenta por cento) do destilado final.

§ 2º - As frações denominadas "cabeça" e "cauda" ou "água fraca" devem corresponder, individualmente, no mínimo, a 10% (dez por cento) do destilado final.

§ 3º - O espírito alcóolico produzido deve conter de 40% (quarenta por cento) a 54% (cinquenta e quatro por cento) de álcool em volume.

Art. 6º - A Cachaça de Minas apresentará cinco tipos diferentes designativos da elaboração do produto final, os quais devem constar obrigatoriamente no rótulo de comercialização, assim denominados:

I - nova - a engarrafada logo após sua extração;

II - descansada - a mantida em descanso em tonel ou barril de madeira por um período mínimo de seis meses;

III - envelhecida - a submetida a processo de envelhecimento em tonel ou barril de madeira, por um período mínimo de dezoito meses;

IV -matizada - a resultante da harmonização de um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de cachaça "envelhecida" com cachaça "nova" ou "descansada";

V- reserva especial - a resultante do processo de envelhecimento mínimo de trinta e seis meses em tonel ou barril de madeira;

§ 1º - Admite-se a standardização da cachaça, desde que sejam utilizadas no processamento somente cachaças elaboradas na forma estabelecida nesta lei, produzidas em uma mesma região demarcada, e que em cujo rótulo conste o termo "produto standardizado".

§ 2º - É permitida a infusão da Cachaça de Minas com madeiras, ervas, raízes ou frutos, ou com seus extratos naturais, desde que especificados, no rótulo, os componentes utilizados, resguardado o sigilo industrial e vedada a utilização de qualquer substância artificial.

§ 3º - É vedado, na fabricação dos tonéis ou barris de envelhecimento, o uso de madeira que possa exercer qualquer ação indesejável sobre as características da cachaça ou que venha ensejar a migração de compostos tóxicos para esta.

Art. 7º - Os produtores e standardizadores que adotarem o processo de elaboração da Cachaça de Minas previsto nesta lei receberão um Certificado de Controle de Origem, emitido pelo órgão estadual competente, de acordo com as características culturais e geográficas de cada uma das regiões produtoras do Estado.

§ 1º - O certificado de que trata o "caput" deste artigo não será concedido ao produtor que apresentar irregularidade de natureza fiscal, ambiental ou sanitária relativa ao processo de elaboração da Cachaça de Minas.

§ 2º - Compete ao Poder Executivo cancelar, a qualquer tempo, a concessão do Certificado de Controle de Origem do produto que deixar de apresentar as características da Cachaça de Minas, previstas nesta lei.

Art. 8º - Somente poderá ostentar na embalagem a expressão Cachaça de Minas o produto obtido segundo o processo de elaboração previsto nesta lei.

Parágrafo único - A Cachaça de Minas produzida em região demarcada conterá em seu rótulo a indicação de sua origem.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá credenciar laboratórios regionais para proceder a análise e emissão de laudos técnicos do produto de que trata esta lei.

Art. 10 - Fica estabelecido o dia 21 de maio como o dia da Cachaça de Minas, em comemoração ao início da safra.

Art. 11 - A Cachaça de Minas é a bebida oficial do Governo do Estado e será servida em festas, recepções e eventos oficiais em que se ofereçam bebidas alcoólicas.

Art. 12 - O Poder Executivo criará mecanismos de incentivo ao desenvolvimento de programas voltados para:

I - a pesquisa e o reflorestamento com espécies nativas específicas para a fabricação de tonéis destinados ao envelhecimento da Cachaça de Minas;

II - a redução do impacto ambiental gerado pelos resíduos produzidos pelas unidades de produção de cachaça.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.060/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.060/2000, do Deputado Sávio Souza Cruz, que declara de utilidade pública a Associação Oliveirense de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, com sede no Município de Oliveira, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.060/2000

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Oliveira, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Oliveira, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2000.

Maria Olívia, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Marco Régis.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.065/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.065/2000, do Deputado Paulo Piau, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais Rodolfo Luís Vieira, com sede no Município de Pedrinópolis, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.065/2000

Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais Rodolfo Luiz Vieira - SOS Rodolfo Luiz Vieira -, com sede no Município de Pedrinópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais Rodolfo Luiz Vieira -SOS Rodolfo Luiz Vieira -, com sede no Município de Pedrinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2000.

Maria Olívia, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Marco Régis.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.081/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.081/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Lotéricos e Similares do Estado de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.081/2000

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Lotéricos, Jogos, Bingos, Cassinos, Trabalhadores Autônomos e Similares do Estado de Minas Gerais - SINDELLOT-MG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Lotéricos, Jogos, Bingos, Cassinos, Trabalhadores Autônomos e Similares do Estado de Minas Gerais - SINDELLOT-MG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2000.

Maria Olívia, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Marco Régis.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.115/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.115/2000, do Deputado Dinis Pinheiro, que declara de utilidade pública a Fundação José Lucca, com sede no Município de Governador Valadares, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.115/2000

Declara de utilidade pública a Fundação José Lucca, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação José Lucca, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2000.

Maria Olívia, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Marco Régis.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.128/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.128/2000, do Deputado Ambrósio Pinto, que declara de utilidade pública o Centro Espírita Maria de Nazareth, com sede no Município de São Miguel do Anta, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.128/2000

Declara de utilidade pública o Centro Espírita Maria de Nazareth, com sede no Município de São Miguel do Anta.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Fica declarado de utilidade pública o Centro Espírita Maria de Nazareth, com sede no Município de São Miguel do Anta.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2000.

Maria Olívia, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Marco Régis.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.169/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.169/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, que declara de utilidade pública a Federação Mineira de Boxe, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.169/2000

Declara de utilidade pública a Federação Mineira de Boxe, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Federação Mineira de Boxe, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Djalma Diniz, relator - Aílton Vilela.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.181/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.181/2000, do Deputado Sebastião Costa, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Ponte da Aldeia - AMAPA -, com sede no Município de Manhuaçu, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.181/2000

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Amigos da Ponte da Aldeia - AMAPA -, com sede no Município de Manhuaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores Amigos da Ponte da Aldeia - AMAPA -, com sede no Município de Manhuaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2000.

Maria Olívia, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Marco Régis.

ERRATA

EMENDAS AO PLE Nº 1.216/2000, QUE ESTIMA AS RECEITAS E FIXA AS DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2001, PUBLICADO EM 5/10/2000

Na publicação do documento em epígrafe, verificada na edição de 6/12/2000, na pág. 61, col. 3, na Emenda: 2937-8, onde se lê:

"Autor: Sávio Souza Cruz Partido: PSB", leia-se:

"Autor: Coletiva Partido:".

Na mesma emenda, no final, inclua-se:

"Dep. Márcio Cunha e Dep. Sávio Souza Cruz.".

Na Emenda: 2938-6, onde se lê:

"Autor: Coletiva Partido:", leia-se:

"Autor: Sávio Souza Cruz Partido: PSB".

Na mesma emenda, do final, exclua-se:

"Dep. Márcio Cunha e Dep. Sávio Souza Cruz.".